



LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

Uma rutura do sector social é um colapso em toda a sociedade

15 DE JANEIRO

Dia da CNIS dedicado à sustentabilidade das IPSS

UDIPSS AVEIRO
As instituições vivem tempos de agravamento da situação financeira



ÍLHAVO
Lar da Gafanha da Nazaré quer alargar respostas e requalificar edificado



MEALHADA
Centro Social do Luso em dificuldades económicas aos 25 anos de vida



iD

Aprovação por dermatologistas

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



Um novo ano vem aí!

Nas duas últimas semanas, circularam mensagens de Boas Festas, muitas delas simplesmente impressas sem sequer terem a assinatura do remetente e algumas até sem palavras mais personalizadas. O envio de cartões é já um procedimento raro. É verdade que a utilização de e-mail, de Instagram ou WhatsApp permitem chegar a mais pessoas e instituições, de forma mais célere. Alguns votos são mais específicos e formulam felicidades para a celebração do Natal e muita prosperidade para o Ano Novo. Esta partilha de mensagens, a propósito de dois grandes acontecimentos anuais, faz todo o sentido, enquanto sinais do desejo de viver com mais progresso a nível pessoal e social. Porém, não basta fazer votos de prosperidade. Ela não acontece por geração espontânea. Constrói-se com o compromisso de cada um nas tarefas que lhe competem, profissionalmente, e nas que escolhe para exercer a sua cidadania, doando o seu tempo e as suas capacidades para gerar mais desenvolvimento integral no outrem e na sociedade.

Há que reconhecer que o ano findo não nos deixou condições favoráveis para que seja mesmo “novo” o que, agora, começa. Algumas evidências: os conflitos armados, alguns com altos níveis de perigosidade mundiais; a cada vez mais escandalosa desigual distribuição dos bens terrenos; o crescente número de pessoas e de drogas ilícitas traficadas; a venda de armamento bélico; a eleição de dirigentes de países, geopoliticamente, fundamentais para a pacificação do mundo e uma maior equidade económica...

Se o presidente eleito dos EUA cumprir o que foi anunciando no que respeita às suas relações económicas com os restantes países do mundo, a Europa, com as fragilidades internas que já tem, irá ressentir-se gravemente. Se tal acontecer, Portugal será um dos países que sofrerá maiores consequências a juntar a alguns problemas estruturais que ainda não conseguiu resolver, como o da pobreza e da exclusão social, assim como o da justa repartição da riqueza, não tendo ainda conseguido reabilitar a classe média, que foi devastada pelas duas grandes

crises socioeconómicas anteriores. Não podemos esquecer, também, situações que perturbam a qualidade de vida de uma parte muito significativa da população portuguesa e que tardam em encontrar soluções, muitas delas para satisfações básicas. Refiro-me ao acesso à habitação com arrendamentos acessíveis; à falta de médicos a milhares de famílias e ao cuidado rápido a situações urgentes; à falta de lugares de crianças em creches; à persistente política de baixos salários e à dificuldade em superar a precariedade no trabalho...

Todas estas situações são já bastantes para justificar que se 2025, trouxe consigo muitas preocupações, também vem cheio de grandes desafios. Referirei apenas aqueles que me parecem ser os que se colocam às IPSS do nosso país. É perante as maiores dificuldades que se vê quem são os audazes. No universo da solidariedade social há provas dadas que existem muitos. Sem ter a pretensão de esgotar todas as possibilidades que se abrem, no presente ano, às IPSS e, muito menos intrometer-me no que é uma responsabilidade dos dirigentes da CNIS e das UDIPSS, o meu objetivo é apenas o de deixar algumas ideias propositivas.

Sem dúvida que já tarda um novo sistema de cooperação com o Estado. As IPSS não têm fins lucrativos, mas não podem assegurar a sustentabilidade financeira e a qualidade na prestação de serviços sem um maior investimento financeiro do Estado. Só assim, algumas poderão não correr o risco de deixar as classes mais vulneráveis para trás, incumprindo a sua preferencial missão. Há que pensar, com o objetivo de bem-fazer a todo o setor da solidariedade social, numa cooperação alavancada na diferenciação positiva.

O outro e emergente desafio é a descoberta de estratégias, delineadas conforme a realidade de cada comunidade, para a motivação da população, particularmente, da mais nova no sentido da prática do voluntariado. Este desafio não só faz com que as IPSS cumpram uma das suas finalidades que é a de gerar mais cidadania, mas também para assegurar a renovação, sempre que necessário, dos órgãos sociais.

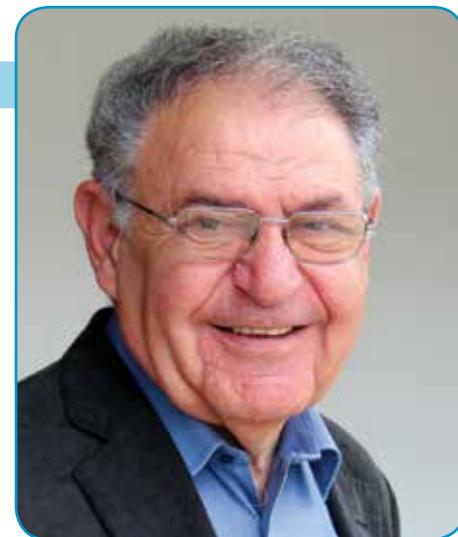
Já muito se tem feito pelo dever da transparência na gestão dos recursos humanos e financeiros. Todavia, esta é uma área em que, cada vez mais, se deve investir, devendo ser toda a gestão sempre muito clara, com evidências objetivas e apresentadas com uma regularidade mais frequente do que a anual. Os primeiros destinatários desta obrigação seriam os associados ou a autoridade que, estatutariamente, lhes seja equivalente, depois os próprios colaboradores das instituições, a seguir a comunidade. Claro que não é necessário referir as instâncias estatutárias que, por mútuo acordo, este é um imperativo incontornável.

Embora não seja um desafio que possa ter resultados durante o corrente ano, vale a pena ir aprofundando as hipotéticas implicações que a Inteligência Artificial poderá vir a ter no setor da Solidariedade Social. Sem ter, ainda, refletido sobre este assunto, intuí que deve ser das áreas mais complexas, na medida em que a solidariedade exige comportamentos que, se são artificiais, são falsos e inúteis.

Apesar de ser destinado aos cristãos católicos, dado os tempos que vivemos, podemos muito aproveitar da iniciativa do Papa Francisco ao designar este ano o “Ano Jubilar da Esperança”. Este é outro desafio, senão o maior. 2025 traga as dificuldades que trouxer, as IPSS terão de ser sempre faróis de esperança, principalmente, junto dos mais desalentados. Deixo a palavra motivadora de Francisco: *«Devemos manter acesa a chama da esperança que nos foi dada e fazer todo o possível para que cada um recupere a força e a certeza de olhar para o futuro com espírito aberto, coração confiante e mente clarividente. O próximo Jubileu poderá favorecer imenso a recomposição dum clima de esperança e confiança, como sinal dum renovado renascimento do qual todos sentimos a urgência. Por isso escolhi o lema Peregrinos de esperança. Entretanto tudo isto será possível se formos capazes de recuperar o sentido de fraternidade universal, se não fecharmos os olhos diante do drama da pobreza crescente que impede milhões de homens, mulheres, jovens e crianças de viverem de maneira digna de seres humanos.»*

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



2025: A esperança não engana?

1. O Jubileu, em Ano Santo, é um período especial na Igreja Católica que ocorre a cada 25 anos, oferecendo aos fiéis uma oportunidade singular de renovação espiritual, peregrinação e obtenção de indulgências. Neste ano, apoiando-se na frase de S. Paulo quando diz que a “*esperança não engana*” (Rom. 5, 1-6), o Papa Francisco desafia os cristãos a serem “*Peregrinos da Esperança*” e aponta alguns caminhos que devem ser percorridos nesta “peregrinação” no tempo presente.

A misericórdia e o perdão são uma tradição secular nos anos santos. Consequentemente, e com frequência, nomeadamente, é proposto o perdão das dívidas. E assim, neste Ano Santo, há quem o aconselhe às IPSS e às Misericórdias, talvez ignorando que muitas Instituições de Solidariedade estão sistematicamente endividadas e que veriam a sua situação bem mais agravada se fossem coagidas a perdoar os atrasos e as parcas participações familiares. Desajustado não seria se fosse proposto o perdão das dívidas em que mergulharam muitas Instituições, desde que, evidentemente, não sejam dívidas aos seus trabalhadores...

Considerando que a sustentabilidade é o principal desafio com que se confrontam as Instituições de Solidariedade, há uma dívida que as IPSS não podem perdoar para poderem continuar a ser um importante pilar do Estado Social: aquela que está assumida no Pacto de Cooperação para a Solidariedade celebrado em 21 de dezembro de 2021 (cláusula VII, 3 b): “*repartição equitativa, por parte do Estado, dos custos médios por utente, sem prejuízo das respostas em que se justifica um maior envolvimento do Estado*”.

2. Por proposta do atual Governo, foi criado um grupo no Sector Social Solidário com representantes das quatro Entidades Representativas do Sector (Mutualidades, Misericórdias, CONFECOOP e CNIS), coordenado por esta última, que avaliou os custos médios por utente das várias valências (exceções das de Creche e Pré-escolar).

Nesse estudo foram considerados os custos médios reais (CMR) e os custos técnicos, nem sempre coincidentes, porque, nomeadamente nas valências de apoio a idosos, para prestarem um bom apoio a pessoas com crescentes

DR



comorbilidades, muitas Instituições são obrigadas a ter mais trabalhadores do que os previstos nos acordos de cooperação. Também foi considerada a progressiva qualificação e a necessária valorização dos trabalhadores. Por sua vez, a Segurança Social fez o estudo com base nos custos médios reais (CMR): na prática, tanto os valores dos custos verificados, calculados pelo grupo do Sector Social, como os estimados pela Segurança Social, são coincidentes, o que não dá margem para grandes dúvidas.

Há três grupos de valências: quando o Estado deve suportar os custos na totalidade (por exemplo, valências de acolhimento de infância e juventude, em que não há participações familiares), valências em que a participação pública deve rondar os 80% (por exemplo, valências de apoio a pessoas com deficiências) e valências em que o Estado deve ter uma participação nunca inferior a 50% dos custos (a generalidade das valências, em que, presentemente, em média, a participação é inferior a 38%).

3. O ano 2025 já segue o seu curso e a esperança não pode enganar...

Agora é tempo das decisões. Decisões que já tardam porque a imprevisibilidade agrava a insustentabilidade...

Foi já anunciada uma lei de finanças para o Sector, o que não deixa de ser uma boa notícia se visar a sua sustentabilidade. Porém, ainda nada se sabe sobre o seu teor. Também, se não for bem sustentada, pode confrontar-se com algumas pedras ou pedregulhos no seu percurso de decisões.

Há alguns pressupostos de que as Instituições de Solidariedade não podem abdicar:

- Com responsabilidades sociais, o Sector privado também pode e deve ter respostas sociais. Porém, não é Sector de Cooperação;

- As Instituições de Solidariedade não são privadas, não são lucrativas nem sequer empresas sociais;

- Com uma história secular, as Instituições de Solidariedade pela sua abrangência, capilaridade, engenho e arte são o Sector da Cooperação;

- A Cooperação é com as Instituições de Solidariedade que apoiam as pessoas e as famílias e cuja missão é preferenciar as mais carenciadas;

- Independentemente da evolução das frequências, as Instituições de Solidariedade têm custos fixos: nem podem estar exclusivamente dependentes das frequências nem podem pactuar com qualquer tentativa de subsidiação direta do Estado aos utentes...



CNIS ASSINALA 44º ANIVERSÁRIO COM UM ENCONTRO TEMÁTICO

«Dirigentes das IPSS. Desafios, Direitos e Deveres» é o tema para manhã de reflexão e debate

A 15 de janeiro, a CNIS assinala o 44º ano da sua fundação, no ido ano de 1981, ainda sob a designação de UIPSS. A necessidade de o sector se fazer ouvir a uma só voz mobilizou os fundadores e, desde então, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade tem pugnado por “defender e promover o quadro de valores comum às Instituições Particulares de Solidariedade Social”, em concreto: preservar a identidade das IPSS; acautelar a autonomia das instituições; desenvolver e alargar a base de apoio da solidariedade; representar, promover e assumir a defesa dos interesses comuns das IPSS; coordenar a atividade das associadas relativamente a quaisquer entidades públicas e privadas; promover o desenvolvimento da ação das instituições e apoiar a cooperação entre as mesmas; ou ainda contribuir para o reforço da organização e do papel de intervenção das instituições no seio das comunidades.

No sentido de assinalar o 44º aniversário, o

habitual Dia da CNIS realiza-se, no dia 15 de janeiro, no Porto, com uma manhã dedicada à reflexão e ao debate sobre o tema «Dirigentes das IPSS. Desafios, Direitos e Deveres».

O objetivo é juntar as associadas, “numa instância de reflexão comum e partilhada sobre o estado de saúde das IPSS e sobre os constrangimentos que ensombram a sua atividade e ameaçam o ânimo dos seus dirigentes”, como refere o padre Lino Maia numa nota dirigida a todas as instituições associadas.

“A comemoração tem como tema «Dirigentes das IPSS. Desafios, Direitos e Deveres». Escassos são os direitos; alargados, os deveres”, lamenta ainda o presidente da CNIS, acrescentando: “E o principal desafio é o de sempre: assegurar a sustentabilidade das IPSS que dirigem – que atribuem prestações públicas, mas sem o conforto do Orçamento de Estado para cobrir o défice”.

“A linguagem dos poderes públicos parece acompanhar as nossas preocupações,

prometendo o reforço do Estado Social, garantindo atenção às condições de sustentabilidade às instituições de solidariedade, jurando sobre o Pacto de Cooperação e os seus critérios de equidade quanto às comparticipações da Segurança Social, assegurando previsibilidade e estabilidade de gestão pelos dirigentes das instituições, acenando com a futura aprovação de uma Lei de Financiamento do Sector Social”, escreve ainda o presidente da CNIS, rematando com um alerta: “Mas as boas intenções tardam na consistência prática; e os défices das contas de exploração não são anulados com promessas”.

A intenção da celebração do Dia da CNIS com uma manhã de reflexão e debate para dar algum respaldo institucional aos dirigentes das IPSS e suscitar a sua participação, num local onde possam colocar as suas preocupações, anseios, desejos e desafios e sentir que não estão só na luta diária para manterem as suas instituições sustentáveis.

WWW.SOLIDARIEDADE.PT

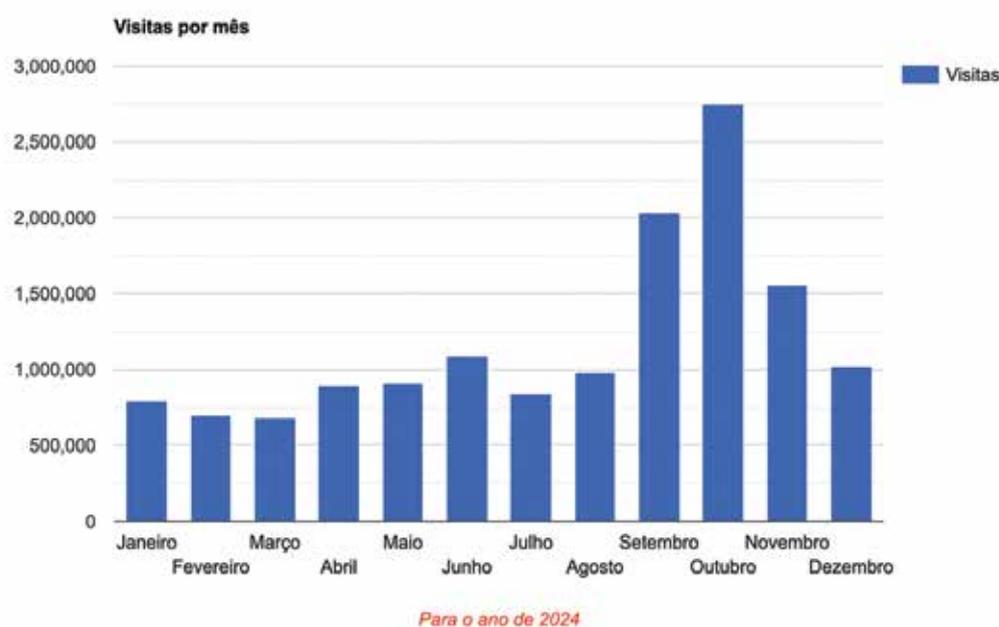
Mais de 14 milhões de visitas ao site no ano de 2024

O site do jornal Solidariedade (www.solidariedade.pt), no ano de 2024, registou 14.252.654 milhões de visitas, um crescimento de mais de 40 por cento em relação ao ano anterior (9.298.928). Em 2022 o site tinha batido todos os recordes e atingiu número histórico de 16.049.426 acessos, uma média diária de 44 mil consultas ao site.

A marca agora atingida é a segunda mais alta. Em 2020, foram 7,3 milhões as entradas em www.solidariedade.pt. Em 2021 foram 10.781.266 as entradas.

No ano que acabou, o mês de outubro foi o melhor de sempre com 2.750.274 de acessos ao site do Solidariedade e setembro ascendeu diretamente ao segundo lugar do ranking mensal com 2.031.855. Em jeito de curiosidade, refira-se também o recorde diário obtido no dia 18 de outubro com 143.746 visitas.

As consultas a www.solidariedade.pt apresentam uma evidência. Os dias de maior tráfego têm coincidido com as situações mais apelativas do ponto de vista mediático no que diz respeito aos assuntos do Sector Social Solidário. Sem surpresa a notícia “**ASSEMBLEIA GERAL: CNIS aprova novo Regulamento de Quotizações por larga maioria**” foi a mais lida no ano de 2024, seguida da publicação com o título: “**ACORDO FIRMADO NO ÚLTIMO DIA DE PLENITUDE DE FUNÇÕES DO GOVERNO Compromisso de Cooperação 2023-2024 com reforço financeiro de 123 milhões de euros**”. Curiosamente em matéria de opinião uma crónica de Henrique Rodrigues (**Hay Gobierno? Soy contra!**) foi a mais lida do ano passado no Solidariedade online.



Confirma-se desta maneira que o ranking das matérias informativas mais procuradas revela um interesse superior pelo que pode afetar o funcionamento das instituições e a situação de utentes e funcionários, o que nos permite pensar que muito do público-alvo do www.solidariedade.pt é constituído por pessoas relacionadas com o setor social solidário. Este reforço da visibilidade das realidades do Setor Social Solidário tem também que ver com a conjugação que tem sido feita nas redes sociais,

designadamente no facebook, onde são replicadas as matérias do site.

A equipa do Jornal Solidariedade agradece este interesse crescente pela versão online do Solidariedade, o que reforça o empenho e dedicação com que se tem levado a cabo esta missão informativa a propósito do universo social solidário de que é composta a CNIS. A última grande atualização do site foi feita em 2014, altura a partir da qual a afluência tem vindo, de ano para ano, a aumentar.

CENTRO SOCIAL COMENDADOR MELO PIMENTA, MEALHADA

Alargar capacidade do SAD é a forma para conseguir equilíbrio financeiro

O Solidarietà deslocou-se ao Luso, sensivelmente, uma semana após o Centro Social Comendador Melo Pimenta celebrar 25 anos de apoio aos mais velhos da freguesia, mas a comunidade já muito tempo antes começara a ajudar quem mais precisava.

É que a instituição nasceu no final dos anos 1940, pela mão do Comendador Melo Pimenta, ainda como Sopa dos Pobres. O comendador cedeu o edifício onde eram servidas as refeições aos mais carenciados. Mas na génese da instituição estiveram ainda o Padre Moço, Carlos Castro (o único ainda vivo), António Neto Luís, António Sousa, António Esteves, Abílio Alves, Raul Mira, Fernando Ribeiro e João Freitas.

Depois de muitos anos a servir a Sopa dos Pobres, os fundadores olharam para o edifício e quiseram fazer algo mais. E esse algo mais foi intervir no edifício e criar o Centro Social.

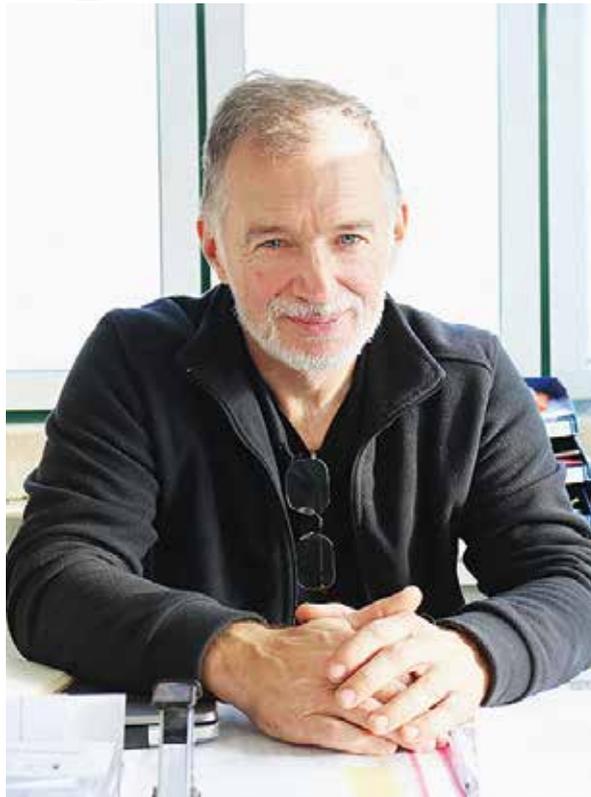
A instituição apoia 22 utentes em Centro de Dia e 21 em Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), com uma equipa de 12 funcionários. E se, inicialmente, a aposta foi nestas duas respostas sociais, hoje ela mantém-se, porque o desejo de uma ERPI continua a esbarrar nos obstáculos financeiros.

“A única coisa que existe é o terreno, que é aqui em frente, negociado em condições muito vantajosas, mas não há condições financeiras para avançar. Há o terreno e o desejo, mas apenas isso. Sem um financiamento quase total é impensável”, sustenta José Coelho, presidente da Direção, cargo que assumiu em agosto de 2024, numa estreia absoluta neste tipo de funções sociais solidárias.

Bem conhecida pela sua água, o Luso, concelho da Mealhada, é uma vila que no Censos de 2021 não chegava aos 2.300 habitantes. Ainda assim, e até para dar um pouco mais de sustentabilidade à instituição, José Coelho revela que há a intenção de alargar a capacidade das duas valências, porque o exercício, atualmente, continua a ser deficitário.

“É sempre um equilíbrio muito difícil, aliás, temos lista de espera para as duas respostas e esta Direção está a tentar dar resposta a todas as solicitações. Obviamente, estamos sempre limitados aos acordos de cooperação. Já tentámos junto da Segurança Social ver como será possível alargar esses acordos, mais no SAD do que no Centro de Dia, porque é uma resposta que vai mais de encontro às necessidades da nossa comunidade”, começa por dizer, acrescentando: “Isso implica um conjunto de alterações estruturais do edifício, como alargamento e para cumprimento de diversas regras. Estamos a equacionar como fazê-lo no sentido de alargar o apoio domiciliário. Temos procura, temos instituições de fora da freguesia que nos invadem, entre aspas, o território, pelo que temos necessidade de ampliar a capacidade de resposta do serviço”.

Para tal, segundo o dirigente, é necessário



mexer na cozinha, não a nível de edificado, mas de requalificação dos equipamentos, para poderem dar maior resposta, e alterar a lavandaria, tendo a instituição um edifício anexo que pretende usar para fazer crescer a capacidade de tratamento de roupa.

Tal como na generalidade das IPSS do país, também esta do Luso sente na pele o défice gerado pela resposta de Centro de Dia.

“As receitas do Centro de Dia não asseguram sequer 30% dos custos da resposta por utente”, assevera e explica como isso se reflete nas contas do Centro Social: “A saúde financeira está má, estamos a tentar contornar as dificuldades. Tenho uma colega de Direção que é responsável pela promoção de eventos para angariação de fundos no sentido de colmarmos essas lacunas financeiras. Números redondos, temos 75% de receitas asseguradas pelas participações dos nossos utentes e pelas verbas da Segurança Social, pelo que nos faltam os outros 25%. Estes 25% têm de ser angariados de outra maneira. Neste momento, o orçamento previsto para o ano de 2025 dá um saldo negativo e já vem negativo dos últimos anos”.

Há apenas cinco meses no cargo, à altura desta conversa, José Coelho mostrava-se otimista, apesar das dificuldades.

“Estamos a equacionar outras soluções, como pedir ajuda à Segurança Social, mas esse equilíbrio financeiro tem passado por controlar as despesas, que é um trabalho árduo, difícil e, por vezes, inglório, porque tem de se cortar com algumas relações antigas e, depois, temos de ir gerindo as despesas aos fornecedores”, argumenta, brincando até: “Alguém dizia que as dívidas não são para se pagar, são para se ir gerindo... Não

é bem assim, mas tenho que procurar entendimentos com os fornecedores e negociar ao cêntimo. Uma coisa é garantida, primeiro estão os trabalhadores e colaboradores, depois o edifício e os seus utentes e depois os fornecedores”.

Note-se que o primeiro contacto de José Coelho com o Sector Social Solidário, como dirigente, aconteceu em agosto passado, “um período difícil, pois só nos últimos cinco meses foi preciso pagar sete vencimentos”, afirma, exclamando: “Essa é outra questão que não percebo, ou seja, temos de pagar 14 meses, mas a Segurança Social só nos paga 12!”.

Questionado sobre o que mais o assustou quando pegou no Centro Social, o novel presidente foi perentório: “Foi exatamente a dívida da instituição, porque é limitativo da nossa ação. E, perante isso, como é que, enquanto Direção, vamos contornar isto? É um equilíbrio muito difícil de fazer, ainda para mais num período em que temos os subsídios para pagar aos trabalhadores. Tudo se complica. Temos abatido a dívida, não tanto quanto gostava, mas também só passaram cinco meses. No entanto, vamos ter que encontrar uma solução”.

Sem passado ligado às IPSS, José Coelho, filho da terra, ponderou, mas não hesitou em avançar, na iminência de o Centro Social poder fechar portas.

“Sou nascido e criado aqui no Luso, a 100 metros aqui do Centro, e muita da gente que está aqui conhece-me desde pequeno”, conta, recordando que, após algumas idas a Assembleias Gerais, notou o afastamento dos sócios da instituição.

“E só de pensar que isto podia fechar portas, até porque a Direção anterior esteve aqui 12 anos e estava cansada, gerou-me uma dicotomia mental: eu não tenho muito tempo disponível, porque divido-me entre o Luso e o Sabugal, mas só o simples facto de olhar para as pessoas que aqui estão, que dependem do Centro e que sem ele seria complicada a sobrevivência delas... O respeito à dignidade humana destas pessoas foi a principal razão que me levou a aceitar o desafio”, afirma José Coelho que elogia o quadro de pessoal, “sem o qual não conseguiremos nada”.

E como seria o Luso sem o Centro Social Comendador Melo Pimenta?

“Seria complicado, porque a única solução seria colocar estas pessoas numa zona mais distante, haveria mais um edifício devoluto e 12 empregos não existiriam. Não vejo o Luso sem o Centro Social, as pessoas estariam, por certo, em casa, porque não há outra resposta”.

A terminar a conversa, o presidente do Centro Social Comendador Melo Pimenta deixou um apelo: “É necessário fazer pressão para melhorar os acordos de cooperação, porque o risco de fechar existe. Em abono da verdade, prescindindo do aumento das participações pelo pagamento de 14 meses por parte do Estado”.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ, ÍLHAVO

Crescer no mesmo local é a solução após três candidaturas a fundos indeferidas

Foi ainda nos anos 1980 que surgiu a ideia de criar o Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Nazaré, mas apenas em 1991 iniciou atividade, com as três respostas sociais que ainda hoje mantém: ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

“A dinâmica eclesial nesta comunidade foi e é muito forte e a preocupação social com as idades mais avançadas esteve sempre presente”, começa por contar Alexandre Cruz, diretor de Serviços da instituição sediada na Gafanha da Nazaré, concelho de Ílhavo, acrescentando: “Realizaram-se uma série de iniciativas para angariação de fundos, juntamente com apoios de outra natureza, com a preocupação de fazer com que uma comunidade que tem muita dinâmica socioeconómica apoiasse os irmãos mais velhos. A instituição surge nesse contexto de missão eclesial social, mais tarde transformada em IPSS”.

A opção por se dedicar em exclusivo à terceira idade foi tomada porque “era a preocupação principal ao tempo, embora os estatutos salvaguardem a resposta a todas as idades”.

Esta opção foi ainda sustentada no facto de na comunidade da Gafanha da Nazaré já existirem respostas à infância, em concreto pela Obra da Providência e ainda pela Fundação Prior Sardo, que, em 2014, foi integrada no Centro Social Paroquial.

“Como havia essa resposta à infância, o Centro priorizou o apoio à terceira idade. Da Fundação Prior Sardo ficámos com o SAAS e a Universidade Sénior, em 2014, com 40 elementos, mas a partir de 2015 foi sempre a crescer e, hoje, são cerca de 140”, refere Alexandre Cruz.

Atualmente, a instituição acolhe em ERPI 67 utentes e 20 em Centro de Dia e apoia 35 idosos através do SAD, com uma equipa de 50 funcionários. Para além disto, dinamiza ainda uma Universidade Sénior, frequentada por cerca de 140 pessoas.

Para melhor cuidar dos utentes, os responsáveis pelo Centro Social Paroquial consideraram fundamental a renovação do edificado da instituição.

“Precisamos de outra casa. O espaço já tem 30 anos e há sempre problemas de manutenção”, sustenta a diretora-técnica Inês Cuco, acrescentando: “Até para dar uma outra motivação à equipa, para além de desejarmos ter um espaço renovado para receber as famílias com outras condições. Por outro lado, uma nova casa é importante para darmos mais resposta à comunidade”.

Inês Cuco refere a questão do alargamento de capacidade, porque “todas as semanas a instituição recebe inscrições e muitas famílias chegam desesperadas, porque é tudo novidade e a necessidade é grande”.



E esta questão não se coloca apenas na ERPI. “A procura pelo Centro de Dia nem se fala. Esta é uma resposta deficitária no concelho e só existe aqui e na Gafanha do Carmo”, lamenta Inês Cuco, sublinhando: “Temos lista de espera para todas as respostas. Para ERPI são sempre cerca de 100 inscrições. As do Centro de Dia ronda a dezena e para SAD são um pouco menos”.

Perante as necessidades da comunidade que serve, os dirigentes da instituição há muito começaram a equacionar e a desejar construir um equipamento de raiz, tendo para tal adquirido um terreno, numa zona nobre da cidade da Gafanha da Nazaré, no idóneo ano de 2009, iniciando, então, um calvário de candidaturas a apoios estatais, que, no entanto, foram sendo sucessivamente indeferidos.

“A instituição nasceu em 1991 e, com o passar do tempo, a expectativa de otimizar e modernizar o edificado esteve sempre presente. Em 2009, a instituição adquiriu 10 prédios rústicos, junto ao mercado municipal da Gafanha da Nazaré, com perto de oito mil metros quadrados. O objetivo era desafogar esta instituição para, a prazo, ser transformada, com apoio do Estado, numa unidade de cuidados continuados ou paliativos”, começa por recordar Alexandre Cruz, prosseguindo: “Executou-se, nesse ano, uma candidatura ao QREN, mas, após várias démarches, esta foi



indeferida”.

Apesar da decepção, os responsáveis pela instituição não desistiram e no ano de 2020 foi apresentada uma candidatura ao PARES, também para construção de raiz, transferência da sede e alargamento da capacidade (ERPI de 67 para 70, Centro de Dia de 20 para 30 e SAD de 35 para 60, “pela necessidade social identificada”).

“A candidatura ao PARES também foi indeferida e, nesse ato de indeferimento, transitou para o PRR. De 2009 a 2020 foi realizada uma simplificação do projeto construtivo, para não haver tantos redondos. De 2020 para 2022, a candidatura ao PRR, depois de muita informação adicional solicitada, o que deixou a expectativa do seu deferimento ao fim de 13 anos, foi igualmente indeferida, porque a instituição não tem o licenciamento do



equipamento onde labora há 33 anos”, conta o diretor de Serviços, rematando: “Mais valia dizer que não há dinheiro para todos. Só não pusemos as gruas no ar por causa da nossa responsabilidade social, pois há salários e fornecedores a pagar”.

Entretanto, surge a crise energética. “Tivemos aqui momentos que, apesar de redução de consumo, as faturas eram de quatro mil euros... Ora, com todas estas questões, a obra para avançar teria de ser orçamentada novamente e, em vez de quatro milhões, custaria oito milhões de euros”, argumenta Alexandre Cruz, que conclui: “As razões dos indeferimentos levam-nos a este ponto, ou seja, estamos numa casa com não conformidades, mas queremos passar para uma casa nova e moderna, com conformidades”.

Nesse sentido, a instituição já encontrou uma solução... ao pé de casa!

“Vamos passar aqui para o lado. A instituição deliberou a alienação dos terrenos junto ao mercado, que estão numa zona nobre, e no verão de 2023 soubemos que os terrenos contíguos e ao lado do Centro estavam à venda e, em boa hora, tratou-se de todo o processo institucional e comprou-se”, conta.

São cerca de dois mil metros, que a juntar ao já existente perfaz cerca de quatro mil metros, já há autorização para iniciar o processo burocrático, gerir a frente de rua com a autarquia, com o objetivo de a instituição ficar com uma frente grande e aberta para a rua. “Vamos começar, da frente para trás, a desenhar para se avançar a prazo com a construção e começar a desafogar as valências, em especial, o Centro de Dia”, sustenta o diretor de Serviços, que explica o pretendido: “O propósito é manter o lar e a sede no edifício onde estamos, alargar para o novo com as outras valências e ir requalificando. Terá que haver reflexões sobre as opções de alargamento do lar para o novo edificado, num piso superior, e a requalificação deste edificado, como as medidas do quarto, a salubridade, etc. É necessário requalificar este espaço, porque é aqui que vamos ficar. Até agora pensava-se que íamos para outro espaço, não se levantaram gruas, por isso temos de requalificar paulatinamente este equipamento. Não é possível construir de raiz noutra local, arranjou-se uma solução aqui ao lado e vamos crescer e requalificar no mesmo lugar”.

Por outro lado, há a intenção de reabilitar o Centro de Recursos, onde funciona a Universidade Sénior, com cerca de 140 utilizadores diários. Aliás, a instituição tem sido

o grande catalisador regional, com muita interação entre as pessoas da Universidade e as do lar e do Centro de Dia. Recentemente o Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Nazaré organizou o segundo encontro regional de Universidades Seniores, com a participação de cerca de 500 pessoas.

Os projetos requerem dinheiro e, sobre finanças, Alexandre Cruz apresenta o histórico do Centro como cartão de visita.

“A instituição tem tido sempre resultados positivos ao longo dos seus mais de 30 anos de atividade”, revela. No entanto, “houve dois anos horríveis, com resultados negativos, que foram os da pandemia de Covid-19”.

Alexandre Cruz recorda uma formação em Aveiro, a que foi com o presidente da instituição, padre César Fernandes, no ano de 2019. “Em pré pandemia, já 40% do Sector Social em Portugal tinha resultados operacionais negativos. Isto é tesouraria!”, argumenta, recordando: “Com a pandemia apanhámos dois murros no estômago. 2021 já foi a aliviar, mas o ano de 2020 foi muito mau! Menos utentes, planos de contingência, Centro de Dia parado... E já temos o Centro de Dia em pleno, mas há instituições que não reabriram a resposta. Mantivemos a equipa, apesar de algumas baixas, mas gastámos imenso dinheiro em EPI”.

E os gastos cresceram exponencialmente quando o vírus entrou na instituição, numa fase em que a luz ao fundo do túnel da pandemia era cada vez mais brilhante.

“Morremos na praia! Resistimos de março a dezembro, mas em dezembro de 2020 tivemos um surto, estavam as vacinas quase a chegar. Houve seis óbitos, mas de pessoas em situação já muito deficitária. Vivemos e sofremos à distância com o que se passou no Lar de S. José, em Ílhavo, e na Santa Casa de Aveiro, o caos e o pânico que foi, e tínhamos essa angústia”, conta o diretor de Serviços.

“Foi uma fase muito complicada, porque houve um período em que os utentes ficaram confinados aos quartos. Foi doloroso vê-los assim confinados ao quarto, depois o contacto com os familiares não existia... Foi um pesadelo”, refere Inês Cuco, com Alexandre Cruz a reforçar a ideia: “Foi um pesadelo porque, de xis em xis horas, tinha de haver cuidados aos utentes. Não pudemos fechar. E a equipa foi-se ressentindo, porque também foi ficando infetada. E quem é que ia prestar os cuidados? Tivemos um final de ano com gastos de cerca de 30 a 40 mil euros. Só de resíduos hospitalares, que tinham de entrar num circuito diferente de inutilização, foram logo cinco mil

euros”.

No combate ao vírus, a instituição contou com elementos das brigadas criadas pela Segurança Social, mas introduziu algumas alterações à dinâmica das equipas.

“Contratámos uma empresa de limpeza e o pessoal desses serviços passou a prestar cuidados aos utentes, porque os conheciam melhor, passando os trabalhadores externos a fazer essas funções. E foi um dia de cada vez, mas com uma carga de trabalho incrível”, explica Alexandre Cruz, que conta um episódio, no mínimo, caricato: “Quando estava no isolamento de 12 dias, a tentar apagar fogos à distância e a tentar contratar pessoal à distância, tinha, por um lado, a Segurança Social a recomendar que se criassem equipas em espelho, com horários de 12 horas, sete dias seguidos e tinha, por outro lado, uma inspetora da ACT a dizer-me que aquilo era ilegal. Foi surreal”.

Tal como em muitas outras IPSS, o corpo de funcionários, na maioria mulheres, é cada vez mais multicultural, face às dificuldades em contratar. Na Gafanha da Nazaré passa-se o mesmo.

“Sim, temos sentido dificuldades em contratar e temos recebido algumas imigrantes, que apresentam algumas dificuldades iniciais de adaptação intercultural. Também por parte de quem está a receber se sente isso, mas o entendimento sobre obrigações, responsabilidades, normas, por vezes, é difícil. Há algumas situações assim, mas outras são impecáveis”, explica, acrescentando: “Como priorizamos a língua, por uma questão de comunicação com os utentes, temos muitas pessoas brasileiras, mas também da Venezuela e outras”.

A dificuldade em contratar é mais pelos horários ou pela remuneração?

“Como nós portugueses, nos anos 1960 e 1970, fomos para França fazer os serviços que os franceses não queriam, agora acho que estamos a entregar os nossos cuidados pessoais a mão imigrante. Hoje já não queremos ter este tipo de trabalho ou temos outras competências e queremos outro tipo de trabalho”, argumenta Alexandre Cruz, ao que Inês Cuco acrescenta: “E não há uma valorização do pessoal que trabalha nesta área, em termos de formação e de remuneração”.

“Este trabalho devia ser mais compensado no final do mês, em termos de salário. Aí, talvez, as coisas mudassem, mas... A valorização laboral é importante”, sublinha Alexandre Cruz.

E como seria a Gafanha da Nazaré sem o Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Nazaré?

“Seria uma Gafanha mais triste, mais pobre nesta área de podermos ajudar as famílias e, em algumas situações, seria caótico. Há uns anos era mais fácil cuidar dos seus, agora as pessoas trabalham e é muito complicado quando surge uma necessidade de cuidados. Aí, nós temos um papel fundamental”, sustenta Inês Cuco.

Por seu turno, Alexandre Cruz considera que “seria diferente, porque estamos a falar de um apoio a centenas de pessoas”.

CARLOS LACERDA PAIS, PRESIDENTE DA UNIÃO DISTRITAL DE IPSS DE AVEIRO

As instituições vivem uma conjuntura económica de completa retração

A Volta a Portugal da Solidariedade passa esta edição pelo distrito de Aveiro, um território que tem pouco mais de 300 IPSS registadas, sendo pouco mais de 200 associadas da União Distrital de IPSS de Aveiro. O presidente da UDIPSS aveirense, Carlos Lacerda Pais, sustenta que, “tradicionalmente, as instituições do distrito de Aveiro sempre se distinguiram pelo seu espírito de iniciativa e pelo seu empreendedorismo”

No entanto, nem tudo é um mar, rio ou ria de rosas, pois há muitas questões que Lacerda Pais aponta como obstáculos a um melhor desempenho das instituições. Nesta entrevista, deixa alguns alertas ao Governo e às Autarquias e aponta a sustentabilidade financeira das IPSS como o grande desafio do dia a dia das instituições. Por fim, o líder da União de Aveiro lamenta a demora na revisão do Estatuto das IPSS.

SOLIDARIEDADE - Que retrato podemos traçar das instituições do distrito de Aveiro?

CARLOS LACERDA PAIS - Tradicionalmente, as instituições do Terceiro Sector do distrito de Aveiro sempre se distinguiram pelo seu espírito de iniciativa e pelo seu empreendedorismo. Em Aveiro, o Terceiro Sector é um universo amplo e muito heterogéneo, integrando cooperativas, fundações, misericórdias, mutualidades, que, no âmbito dos Compromissos de Cooperação, concretizam a prossecução de respostas sociais de natureza social para as quais os setores público e privado não estão vocacionados. Diz-nos a última Conta Satélite que a Economia Social garante 6,1% do emprego remunerado, estes números representam para o país, aproximadamente, 300.000 postos de trabalho, tendo um impacto de 8% do PIB da União Europeia, portanto, têm uma importância muito relevante para o PIB e para o valor acrescentado gerado a nível nacional e as instituições do distrito de Aveiro incluem-se muito destacadamente nestes números.

Qual o grande obstáculo que as instituições enfrentam atualmente para melhor prosseguirem a sua missão?

Vou elencar alguns temas que têm sido sucessivamente discutidos nas nossas reuniões dos Conselhos Gerais da CNIS e das Comissões de Avaliação e Acompanhamento dos Protocolos de Cooperação com a participação das entidades representativas do Terceiro Sector. As instituições vivem uma conjuntura económica de completa retração, são tempos difíceis de agravamento da sua situação económica e financeira, que as adendas extraordinárias de 3,5% para algumas respostas sociais, demonstraram ser claramente insuficientes. Desde logo, a atualização da RMMG, torna imperativo uma atualização das participações do Estado, no sentido do cumprimento do primeiro Compromisso



de Cooperação assinado em 1996. O Programa do Governo elenca várias medidas direcionadas para o sector da economia social, a executar e implementar no curso da legislatura, designadamente no âmbito da fiscalidade (0,5% para 1% na consignação do IRS). De facto, é importante harmonizar e ordenar sistematicamente o conjunto de regimes fiscais aplicáveis às instituições, sendo absolutamente contingente uma redução gradual da TSU, diferenciando o Terceiro Sector, que não tem forma de fazer refletir o aumento dos custos nas receitas, quer ao Estado, quer às famílias. A reposição do reembolso total do IVA da alimentação e obras. A dificuldade de recrutamento de profissionais qualificados para as instituições de Economia Social, coloca-nos perante a falta de recursos humanos necessários”.

Contratar pessoal é um desafio grande?

Enfrentam-se seríssimas dificuldades nos processos de seleção e admissão de profissionais em ordem a prosseguir o funcionamento das respostas sociais, sob pena de incumprimento do quadro de pessoal negociado nos Acordos, verificando-se, tendencialmente, uma continua rotatividade dos recrutados que não demonstram proatividade, vocação pelo serviço nem interesse pela ação social. Depois, a situação dramática de falta de vagas em ERPI para um número infindável de solicitações que chegam diariamente às instituições, mas que a legislação, completamente desajustada da realidade que vivemos no país, não permite resolver. Em setembro de 2023 havia um registo de 2.164 camas sociais ocupadas em hospitais, o que é consequência da evidente falta de vagas

em ERPI. Ante esta situação, exige-se uma revisão profunda e urgente da legislação em vigor. Como se espera a tão aguardada lei de bases para a deficiência e inclusão, que sistematize a legislação atualmente em vigor, designadamente o Regime Jurídico da pessoa com deficiência.

Nesse leque de lacunas...

Deixe-me dizer-lhe que, sobre o Centro de Atendimento Residencial (CAR) e o Lar de Infância e Juventude (LIJ), continuamos a referir que não deixa de ser inusitado o facto de termos as creches totalmente financiadas pelo Estado e que os CAR e os LIJ, respostas prioritárias na proteção e segurança das crianças sem retaguarda familiar, serem em grande parte suportados pelas instituições. Relativamente à creche, aguarda-se atualização dos valores fixados, absolutamente insuficientes para o funcionamento desta resposta social. Sobre a gratuidade do Pré-escolar, também não faz sentido que, à semelhança da creche, a medida não seja aplicada.

E no que se refere à área da saúde?

Sobre o tema da Saúde, esperar que a prudência do Governo predomine e não haja retrocesso nas medidas que elencou no seu Programa, nomeadamente sobre a necessidade de assegurar a abertura de novas unidades de Cuidados Paliativos e Unidades de Cuidados Continuados de 2ª Geração, de forma a uniformizar a cobertura nacional, recorrendo complementarmente a novos modelos de Parcerias Público Sociais, e ainda acionar o Programa de Saúde Prioritário para as Demências e efetivar a Estratégia da Saúde na Área das Demências,

aprovada em 2018. Finalmente, sublinhar como preocupação dos diretores das instituições a demora na revisão do Estatuto das IPSS.

Em termos de respostas sociais, quais as grandes lacunas no distrito?

As instituições do Terceiro Sector asseguram um trabalho de qualidade às nossas crianças, idosos, pessoas com deficiência, o apoio a situações de risco de exclusão social, de reinserção na vida ativa, de apoio a grupos com carências de bens ou rendimentos, especialmente vulneráveis. Está, assim, assegurado o enquadramento de uma cooperação concretizada em quatro áreas, Segurança Social, Emprego e Formação Profissional, Educação e Saúde. Todavia, é preciso proceder à requalificação e adequação das instituições com vista ao desenvolvimento de serviços e equipamentos para a proteção social de um número cada vez mais alargado de cidadãos.

Há grandes desigualdades entre os diferentes territórios do distrito?

Sim, o contexto geográfico determina essas desigualdades. Refiro-me às instituições na esfera das áreas metropolitanas ou demograficamente menos populacionais. Sob este ponto de vista, é determinante a provisão de políticas públicas do Governo e das Autarquias que apoiem as dificuldades e diferenças sociais e de sustentabilidade destas instituições. Esta intervenção pode ser efetivada por via do Compromisso de Cooperação, com valores de comparticipação diferenciados, e, complementarmente, através de uma estratégia de valorização e apoio das instituições geograficamente mais frágeis, que de forma integrada e assertiva, trate de forma diferente o que é diferente, operacionalizando ações que aproximem as instituições de diferentes realidades territoriais e que enfrentam necessariamente outras dificuldades. Em suma, é imperativo que o Governo faça, coerentemente, uma abordagem mais cooperante e protecionista relativamente às instituições demograficamente mais vulneráveis económica e financeiramente, dando particular atenção ao papel destas instituições e às populações que servem. Naturalmente, com a dotação de incentivos adicionais, preservando e protegendo estas instituições, que são o melhor que esses territórios têm para oferecer, uma vez que desempenham um serviço social único de inequívoco interesse e amparo à comunidade. Aliás, seria oportuno que as medidas de reforço da coesão e igualdade social e de promoção da inovação da economia, preconizadas pelo Governo, o previssem de forma muito especial.

Como é a relação das associadas com a União e quais as solicitações mais frequentes?

A União tem com as suas instituições uma relação de proximidade, para tanto, a comunicação diária com as instituições continua a ser o modo primordial do nosso contacto, tendo um simbolismo ímpar no seu Programa de Ação. A dinâmica das instituições e a sua gestão têm de estar alinhadas com o entendimento de uma coreografia contínua de publicações legislativas nacionais. As solicitações de apoio ocorrem no âmbito da interpretação de novos diplomas legais, orientações e decisões jurisprudenciais.



Importantes são as questões da Contratação Coletiva e legislação sobre Direito do Trabalho e a União intenciona, em contexto prático, assessorar as instituições de forma integrada, auxiliando na adequação da legislação à dimensão e natureza das respostas sociais e das suas atividades. Há também uma vertente mais prática deste trabalho, através da redação de documentos, disponibilizando modelos anotados, documentos de experiência e utilidade, atinentes a cada área de prática e porque o Programa de Ação ficaria algo introvertido e em desnível sem o encarte da Formação. Consideramos irrevogável que a formação seja um projeto de referência no Programa de Ação da União, apresentando temas selecionados numa metodologia de interesse institucional, outorgando à União um grande dinamismo.

Em termos de ações direcionadas à IPSS do distrito, quais as grandes apostas da União?

Permanecendo uma estrutura simples e lógica, muito expressiva, a Direção da União, em articulação com os organismos oficiais, designadamente com a CNIS e com o seu Centro Distrital de Segurança Social, Comissão de Acompanhamento de Avaliação dos Protocolos de Cooperação, o Gabinete Jurídico e as suas assessorias executivas, na medida compatível com o contexto e dimensão da União, prosseguirá com as ações que se traduzem na imperativa prática de cooperação com as suas instituições e grupos de ação social, privilegiando a ação com a sociedade civil e o Estado, colaborando em parceria com outras organizações nacionais. O calendário de diretivas quadro, enquanto referencial para as intervenções da União, constrói-se ao longo do ano. Todavia, o Programa de Ação para 2025 prevê dinâmicas em confluência com a sua missão estatutária.

E como é a relação com a CNIS?

A União está representada em todos os organismos nos quais se reveja, num contexto de cooperação, sendo instrumental na defesa dos valores e interesses das instituições. A CNIS representa a matriz orientadora e parametrizante

da União e das instituições suas associadas com razão e solidariedade. A relação da União com a CNIS assenta numa visão de conjunto, alicerçada solidariamente num compromisso, claramente orientado para os interesses das instituições. Os valores de pertença à CNIS têm um apelo conjunto da União e das suas instituições, por isso, a União tem com a CNIS uma função partilhada, estando ancorada na circunstância fundamental de ser uma sua instituição de nível intermédio e com representação nos seus Órgãos Sociais e Conselho Geral.

O PRR chegou às instituições de Aveiro? Como tem decorrido a sua execução?

O PRR chegou às instituições de Aveiro, com uma prestigiada Equipa PRR no Centro Distrital de Aveiro do ISS, que detém uma vasta experiência de assessoria na execução de projetos com o Terceiro Sector. Todavia, uma boa aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência dependerá do envolvimento do Terceiro Sector, por isso, as candidaturas PRR têm de ser reajustadas às instituições. Menos burocracia nos processos de candidatura que envolvem entidades de gestão, coordenação técnica, auditoria e controlo. A apresentação de candidaturas e a exiguidade de prazos tornam os processos complicadíssimos entre promotores, entidades adjudicantes, construtoras e entidades financiadoras. É nesta particular dimensão que todo o Terceiro Sector, e em consequência o País, perdem uma oportunidade ímpar para catapultar o empreendedorismo social a outra escala. É absolutamente premente que a legislação nacional que subjaz às candidaturas dê concretização a esta importante alteração, sem a qual o investimento em respostas sociais imprescindíveis à missão das instituições está seriamente comprometido. E, na oportunidade, referir que a criação de uma linha específica para apoio financeiro para obras em ERPI e em estabelecimentos com respostas sociais para pessoas idosas, que não impliquem aumento de capacidade, visando o seu licenciamento, é outra urgência.

MÉDICOS JÁ PODEM PASSAR RECEITAS E EXAMES PELO SNS

Utentes nos lares e em cuidados continuados e paliativos não precisam de recorrer à triagem das urgências hospitalares

Os médicos que prestam assistência a utentes internados em lares e nas redes de cuidados continuados e paliativos já podem passar receitas e exames pelo Serviço Nacional de Saúde, ao abrigo de uma portaria conjunta do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que permite que utentes internados em lares possam ter o mesmo nível de cuidados.

O anúncio feito pelo Ministério da Saúde refere que “os médicos que dão assistência a estruturas residenciais para pessoas idosas e em Unidades de Internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados e a Unidades de Cuidados Paliativos já podem prescrever receitas e exames complementares de diagnóstico e terapêutica através do Serviço Nacional de Saúde” (SNS), indica o comunicado.

O Ministério da Saúde explica que esta medida evita que os utentes “tenham de recorrer à triagem dos serviços de urgência hospitalar”, permitindo que façam “os seus exames médicos no setor convencionado diminuindo significativamente as deslocações a instituições e serviços com o SNS”.



“A portaria conjunta do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, publicada ontem (...) em Diário da República, permite que estes utentes

internados em lares e em cuidados continuados e paliativos possam ter o mesmo nível de cuidados, sem necessidade de recorrer à triagem dos serviços de urgência hospitalar ou às unidades de cuidados de saúde primários”, precisa.

A tutela recorda ainda que no plano de emergência “está previsto que devem ser desenvolvidas medidas que permitam uma diminuição significativa da permanência prolongada em urgências hospitalares, com medidas específicas para médicos de estruturas residenciais para pessoas idosas”.

“Mais que reduzir os internamentos é preciso criar condições para que os utentes destas estruturas obtenham a resposta necessária sem necessidade de recorrer aos serviços de urgência dos hospitais”, vinca.

O ministério tutelado por Ana Paula Martins acrescenta que o “Plano de Emergência e Transformação na Saúde visa a implementação de medidas urgentes e prioritárias que garantam o acesso a cuidados de saúde ajustados às necessidades da população, rentabilizando e maximizando a resposta do SNS e um funcionamento em rede”.

APOSTA CONTÍNUA EM FERRAMENTAS INOVADORAS, PARA O SETOR SOCIAL,
que asseguram uma gestão global, integrada e sempre em linha com as exigências legais/fiscais.



- ✓ Gestão completa e eficiente dos recursos
- ✓ Automatização dos processos
- ✓ Comunicação segura e transparente
- ✓ Conformidade legal/fiscal






saiba mais em esocial.f3m.pt

PROJETO “PORTUGAL DESIGUAL” DA FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Agravou-se a taxa de pobreza dos idosos em 2023

Portugal permanece um dos países mais desiguais da União Europeia, com um quinto da população (2,1 milhões de pessoas) a viver em situação de pobreza ou exclusão social, de acordo com atualização de dados do projeto “Portugal Desigual”, da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Na ausência de qualquer tipo de transferência social, a pobreza seria de 40,3%, constatou o investigador Carlos Farinha Rodrigues. Em 2022, Portugal era o quarto país mais desigual da UE, assinalou o autor do trabalho.

Os indicadores de privação material e social mostram uma evolução positiva. Contudo, alguns aspetos mais sensíveis pioraram, como a existência de mais atrasos - motivados por dificuldades económicas - em algum dos pagamentos regulares. A isto “não será alheio o agravamento dos preços, em particular os da habitação”, sublinhou o investigador.

Em 2023, cerca de 1,8 milhões de residentes em Portugal encontravam-se em situação de pobreza monetária, ou seja, auferiam um rendimento mensal inferior a 632 euros, sendo que a intensidade da pobreza (que avalia quão pobres são os pobres) manteve-se praticamente inalterada (25,7%), acima dos 21,7% registados em 2021, segundo a mesma fonte.

O autor conclui que também a distribuição das prestações sociais é desigual.

Em 2022, o total das prestações sociais representava 28,1% do rendimento equivalente das famílias. Destes, 23,7% correspondiam a pensões de velhice e de sobrevivência (a maioria das quais de natureza contributiva) enquanto 4,5% representava outros tipos de prestações sociais.

“Analisando como o total das prestações sociais se distribui ao longo da escala de rendimentos, é possível verificar que 41,9% dessas prestações se dirigia para o último quintil da distribuição (os



20% de maiores rendimentos) enquanto o primeiro quintil da população (os 20% de menores rendimentos onde se inclui a população em situação de pobreza) somente auferia 10,7% do total das prestações sociais”, referiu no documento.

Para o investigador, a explicação desta distribuição “profundamente assimétrica” das prestações sociais reside em dois motivos: na importância que as pensões de velhice e de sobrevivência têm no total das prestações e no facto de as pensões contributivas mais elevadas geralmente estarem associadas à parte superior da distribuição dos rendimentos.

“Utilizando os dados publicados pelo Eurostat,

é possível verificar que, em 2022, o efeito redistributivo de todas as prestações sociais era na UE de 26,7 pontos percentuais, enquanto em Portugal esse valor era de 24,8”, justificou Carlos Farinha Rodrigues, que se baseou também em dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para a análise apresentada.

Excluídas as pensões de velhice e de sobrevivência, a distância entre Portugal e a média europeia seria “mais expressiva”, defendeu.

“Na UE, o impacto atenuador das transferências sociais (excluindo pensões) sobre a taxa de pobreza era de 8,6 pontos percentuais enquanto em Portugal era menos de metade”, sustentou.

Tendo por base o coeficiente de Gini - um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento - o arquipélago dos Açores é a região com maior assimetria de distribuição de rendimentos (33,8%), cerca de 1,9 pontos percentuais acima da média nacional (31,9%). No continente, a região mais desigual é a Grande Lisboa, com um coeficiente de Gini de 32,9%.

Olhando para os últimos 30 anos, o investigador conclui que houve “uma alteração profunda” no padrão da pobreza.

“Se nos primeiros anos a pobreza dos idosos era um dos principais fatores de preocupação, nos anos mais recentes é a incidência da pobreza nas crianças e jovens que predomina”, destacou. A partir de 2007, a taxa de pobreza das crianças e jovens “ultrapassou a dos idosos”, exceto em 2023.

No último ano, houve um agravamento da taxa de pobreza dos idosos para 21,1% (em 2022 tinha sido de 17,1%), o que para Carlos Farinha Rodrigues, é “extremamente preocupante”, mesmo que, como observou o INE, possa ser explicado pelas alterações na metodologia de cálculo das pensões de velhice no Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos de 2024.

LEI E OPOSIÇÃO OBRIGAM GOVERNO A AUMENTO

Pensões aumentam 3,85% para a maioria dos reformados

As pensões até dois indexantes de apoios sociais (IAS) vão aumentar 3,85% neste mês de janeiro de 2025, tendo em conta a atualização que decorre da lei e o aumento adicional aprovado no parlamento.

Neste universo de pensões de valor até 1.045 euros brutos (dois IAS) estão mais de 90% dos reformados e os primeiros a receber o aumento vão ser os da Segurança Social, cujas pensões deverão ser pagas no dia 08 de janeiro.

De acordo com fórmula de cálculo contemplada na lei (que tem em conta a inflação média sem habitação, registada em novembro, e o crescimento da economia) as pensões até este valor teriam em janeiro um aumento de 2,6%, ao qual se somam 1,25% propostos pelo PS durante a votação na especialidade do Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) e viabilizados pela oposição.

No caso da fórmula que decorre da lei, a atualização das pensões até dois IAS é arredondada à primeira casa decimal, mas este

arredondamento não se aplica a situações extraordinárias como são estes 1,25%, pelo que, segundo esclareceu à Lusa fonte oficial do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, estas pensões terão um aumento de 3,85% em 2025.

Há ainda um outro grupo de pensionistas que vai beneficiar deste aumento adicional de 1,25 pontos percentuais, nomeadamente aqueles cuja reforma se situa entre os dois e até aos três IAS (entre 1.045 e 1.567,5 euros).

Neste caso as pensões avançam 3,35%; 2,10% pela fórmula prevista na lei e 1,25% por via da medida extraordinária.

Segundo dados do Ministério do Trabalho há 317.509 pensões que estão neste intervalo (entre dois e até três IAS), sendo 170.874 da Segurança Social e 146.635 da Caixa Geral de Aposentações incluindo, em ambos os casos, pensões de velhice, invalidez e sobrevivência.

Nas reformas de valor superior a três indexantes aplica-se o aumento que resulta da fórmula legal.

Assim, as pensões entre três e até seis IAS (ou seja, até 3.135 euros) vão ser atualizadas em 2,10%. Já aquelas cujo valor está situado entre os seis e até aos 12 IAS (até 6.270 euros) têm um aumento de 1,85% em 2025.

Na prática estes aumentos significam que uma pensão de 420 euros terá a partir de janeiro um aumento de 16,17 euros, enquanto uma pensão de 990 euros avança 38,12 euros.

Se o valor atual for de 1.400, a pensão é atualizada em 46,9 euros, se for de 1.900 subirá 39,90 euros e se for de 4.000 euros avançará 74 euros.

Ao contrário do que sucedia no passado, as pensões atribuídas ao longo deste ano serão também atualizadas em janeiro de 2025, após ter sido aprovada no parlamento legislação que eliminou a regra que travava o aumento no ano subsequente ao da sua atribuição. Em causa estão cerca de 155 mil pensões, segundo dados oficiais do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança e Social.

LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

A sustentabilidade das Instituições

JORNAL SOLIDARIEDADE – No início de mais um ano que votos faz para o Sector Social Solidário?

LINO MAIA – É um voto, principalmente. Claro que há muita coisa que é importante, mas o meu maior desejo é que se dê um passo sério para tornar sustentável este setor. Esse passo sério compete ao Estado. É já sabido por estudos anteriormente feitos, com competência, que metade das instituições se deparam com resultados negativos ano após ano. Há o Pacto de Cooperação de 2021 que garante que o Estado caminhará para uma comparticipação equitativa. Neste momento estamos muito longe disso e eu queria que nestes três próximos anos, de facto, houvesse uma comparticipação equitativa. Há três grupos de valências. Há aquelas em que o Estado tem de pagar totalmente, por exemplo nas de acolhimento de crianças e jovens ou valências de apoio a pessoas com deficiência, em que o Estado tem de participar com 75 a 80 por cento dos custos, mas nas outras, no grosso das valências, o Estado tem que subir para os 50 por cento na comparticipação para ser equitativa.

Como explica esse calendário de três anos?

Até 2027 é preciso chegar a uma situação equitativa por parte do Estado. Este ano tem que ser dado um passo importante. O pacto foi assinado em 2021. Depois tivemos o tempo de COVID, as guerras, a inflação, e agora, no início de 2025, temos praticamente os mesmos valores de comparticipação pública que tínhamos: uma média de 38 por cento dos custos comparticipados pelo Estado. Isto significa que o Estado tem que subir, pelo menos 12 pontos percentuais. Sabemos que significa uma subida muito significativa, mas com a inflação, o aumento dos custos - sobretudo do trabalho -, a subida do salário mínimo, quero que nestes três próximos anos se alcance a meta dos 50 por cento. É o meu principal voto para este ano. E para já digo voto, porque ainda não foram dados passos para isso. Há muitas outras coisas que nos preocupam, mas a questão da sustentabilidade das instituições é a principal.

Haverá uma reunião da Comissão Permanente do Sector Social e Solidário em breve. Qual é a sua expectativa?

Houve um grupo de trabalho que elaborou um estudo sobre os valores de comparticipação e os custos das várias valências. O trabalho está feito. Sabe-se por quanto é que fica cada valência social. Agora, eu já estive mais confiante do que estou neste momento. Vamos ver como é que as coisas evoluem, mas temo que possa haver, de facto, alguma inversão, naquilo que parecia ser caminho irreversível. Claro que não será uma reunião conclusiva.

Sempre considerou essa metodologia adequada...

Sem dúvida. Nós, na CNIS, já tínhamos ideias muito seguras porque os estudos sobre custos que temos patrocinado, que têm sido feitos desde



2016, têm-nos mostrado os valores corretos. Não há grandes divergências, relativamente às conclusões a que chegou o governo. Mas foi importante esta concertação. Tem que se louvar, sem dúvida, a dinâmica, a seriedade revelada pela secretária de Estado que imprimiu um calendário para isso. Portanto, não há discrepâncias nas conclusões a que se chegou. Agora a questão é política: nem sempre depois se tomam as decisões em função das conclusões a que se chegou. É uma primeira reunião, para o compromisso de cooperação 2025/26, e a CNIS e as outras organizações, as quatro em conjunto, já fizeram um trabalho extremamente importante e já apresentaram ao Governo uma proposta que tem que ser estudada pelos departamentos governamentais.

Que proposta é essa que vai estar em cima da mesa?

É uma proposta para o compromisso de cooperação, compreensivelmente não apresenta os valores de atualização porque serão negociados. Já neste mês de janeiro, as Instituições confrontam-se com salários significativamente aumentados, não será só o ordenado mínimo e, portanto, é preciso dar passos apressados, não podem ser

levianos, mas é preciso dar passos sérios para que no final deste mês de janeiro as instituições não entrem em colapso com os vencimentos e os pagamentos que têm que fazer. Esta primeira reunião não sei se será conclusiva sobre esse ponto. Sobre o texto do compromisso não será, de modo nenhum, conclusiva. Aliás temos defendido, as organizações do Sector Social, e o próprio governo, que não se devem fidelizar as atualizações na cooperação no clausulado do compromisso de cooperação. O primeiro-ministro anunciou uma lei de financiamento do Sector Social Solidário e, portanto, tem que se desligar uma coisa da outra. É importante que nesta reunião marcada para o dia 13 de janeiro haja pelo menos um anúncio que nos leve a olhar para o resto do mês e do ano já com alguma perspetiva. É que a imprevisibilidade cria instabilidade no sector.

Quando diz que já esteve mais otimista em relação a estas negociações, com este governo, referia-se à sensação de que o primeiro-ministro estaria sensível à concretização da grande meta da equidade nas comparticipações do pacto de cooperação?

Sem dúvida. Não estamos a falar de partidos,

continua a ser a grande preocupação



estamos a falar do governo de Portugal e do primeiro-ministro que tem mostrado, por várias vezes e de vários modos, pessoalmente também, tem mostrado vontade de avançar. Vamos ver, vamos ver... Tem havido uma aposta clara na qualidade e nós sabemos que, nas valências de apoio a idosos, nós temos cada vez mais pessoas a precisar de cuidados muito, muito caros. Temos cada vez mais gente com mais dependências. Há muitas ERPI, Centros de Dia e Apoio Domiciliário em que são necessários mais cuidados. Nos Lares e até nos Centros de Dia, hoje os cuidados são continuados, de longa duração, portanto, com custos mais elevados porque há uma diferenciação grande de situações. Temos que ter pessoas competentes para lidar com pessoas com deficiência motora, com deficiência mental, com muitas vulnerabilidades; há pessoas que estão em casa e precisam de cuidados de saúde e não só, pessoas com bastante dependência. É disto que estamos a falar quando negociamos com os governos.

Escolheu a sustentabilidade do sector como grande objetivo dos seus mandatos. Sente alguma insatisfação quando ao fim deste tempo esse continua a ser o maior combate social?

É verdade. E eu direi que se em breve não forem passos certos e determinados, eu sentir-me-ei esgotado. Desde que entrei na liderança da CNIS, há quase 20 anos, sempre me confrontei com esta realidade. Foi-se agravando a insustentabilidade com o referencial da inflação porque o impacto da massa salarial neste sector é muito grande, cerca 70 por cento, enquanto na economia em geral a média é cerca de 18 por cento. Depois, a inflação neste sector é muitíssimo superior à inflação média nacional. Os bens alimentares, salários e energia... pensamos que a inflação média nacional em 2024 andarà perto dos três por cento. No sector social vai ficar seguramente nos sete por cento. São apenas algumas razões para a degradação progressiva e sistemática na sustentabilidade das instituições. Chegamos a um ponto de rutura. Convém ter em conta que praticamente todas as famílias são, direta ou indiretamente, abrangidas pela ação social. Ou porque há utentes na família, há mais de setecentos mil utentes nestas instituições, ou porque há trabalhadores e temos mais de trezentos mil. Só aqui temos um milhão de pessoas. Um colapso neste sector é um colapso em toda a sociedade.

E apesar das aparências e dos anúncios de êxito da economia nacional o sector está pior...

Eu quando defendo que a proteção social devia ser direito universal consagrado da constituição é porque, de facto, nós temos cada vez mais pessoas a precisar de apoios sociais. O aumento da esperança de vida não significa aumento da qualidade de vida. Há cada vez mais gente durante mais tempo a precisar de cuidados. Por isso, a sustentabilidade é minha grande preocupação. A rutura significa colapso.

Recentemente houve um acordo, feito entre a União das Misericórdias e o Governo a propósito da saúde. a CNIS fez questão de manifestar-se desagradada com o governo por ter excluído as outras grandes organizações do Sector Social Solidário. Que se passou?

Nós não estamos contra o acordo com a União das Misericórdias, mas consideramos que devia ter sido feito com todo o sector. A saúde é uma área em que todas essas organizações têm ação. Nós temos na CNIS sete associadas com hospitais. Nas CERCI, nas cooperativas, nas mutualidades há prestação de serviços de saúde. Algumas misericórdias também são associadas da CNIS. Não temos nada contra a União das Misericórdias. Teremos mais contra o Ministério da Saúde, porque enfiou a cabeça na areia e olhou só para um grupo quando havia necessidade de ver todo o sector. Foi um erro, mas ainda pode ser corrigido. Sempre houve a preocupação, sempre, de atuarmos em conjunto, a uma só voz. Isso não aconteceu.

Que tendências identifica no sector social e solidário para o futuro?

Nós precisamos de caminhar para uma certa especialização, sobretudo na área do tratamento

do apoio a idosos. Nós temos dificuldade em recrutar trabalhadores porque ganham mais noutro lado qualquer e com menos esforço. A especialização é também fundamental nos Centros de Dia, que já não são Centros de Convívio em que as pessoas vão lá, tomam a refeição, convidem bocado, depois vão para casa. A maior parte das pessoas que chegam aos Centros de Dia, são pessoas com deficiências, com problemas de saúde. Nos SAD há muitas pessoas que estão muitas horas sozinhas em casa e a precisar de cuidados e por isso é que eu defendo que deviam funcionar, pode parecer exagero, das sete da manhã até às vinte e quatro horas. Os utentes deviam receber a visita de pessoas qualificadas nas suas residências. Hoje a questão da mobilidade, da versatilidade e da capacidade de prestação de serviços, de que o SAD é bom exemplo, é uma tendência a ter em conta. O que significa haver uma robustez do ponto de vista humano e dos recursos das instituições.

Se cumprir o mandato até ao fim vai fazer 20 anos à frente da CNIS. É o último?

Sem qualquer dúvida e por várias razões. Não estou ansioso que chegue o dia de deixar a CNIS e não vou dizer que não terei saudades. Quando abracei esta causa foi com entusiasmo e não é com saturação que a deixarei. Mas, felizmente também temos uma lei que impediria novo mandato. E eu penso que esse decreto-lei deve ser alterado, mas só depois de eu ter saído.

Vai ajudar na sua sucessão?

Não me vou envolver nisso. Nem é preciso. Eu acho que há neste país muitas pessoas com muita capacidade e qualidade, mais do que eu para a presidência da CNIS. Desta vez não vai acontecer o que tem acontecido: de se considerar como o facto consumado a minha continuação. Agora não posso mesmo e ainda bem.

No dia 15 de janeiro celebra-se o 44º aniversário da CNIS. Haverá comemorações?

É mais um dia da CNIS em que se celebra o momento em 1981 em que nasceu. Sem dúvida que é importante celebrar os 44 anos de vida, não como acontecimento festivo, mas como um compromisso desafiante. E a grande preocupação que vai estar presente nesse dia é a questão da sustentabilidade das Instituições. Eu penso que, será a melhor maneira de festejar o aniversário. A data também é de memória, de lembrar as pessoas que contribuíram para este movimento, para esta organização chamada CNIS, que congrega cerca de 3 100 instituições, algumas misericórdias, associações da sociedade social, algumas mutualidades, casas do povo, centros paroquiais, institutos de organização religiosa... São muitos dirigentes, muita dedicação, e muito boa vontade de muita gente em contribuir para um Portugal mais justo, mais solidário, com menos gente a ficar para trás, com muito esforço para que todos tenham o apoio de que precisam para uma vida mais feliz.

PAULO PEDROSO

Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE

IMIGRAÇÃO

O exemplo tem que vir de cima

Um velho provérbio diz-nos que quem está mal, muda-se. É o que fazem milhões de pessoas em todo o mundo, há séculos a esta parte. São muitos, mas não tantos quanto possa parecer, embora os números estejam a crescer nas últimas décadas. Ao todo, a Organização Internacional das Migrações estima que os migrantes serão menos de 4% da população mundial.

Perguntei a uma das ferramentas de inteligência artificial – o Copilot, no caso – o que diz a literatura sobre as razões para as pessoas migrarem e o algoritmo devolveu-me uma lista de tópicos-chave: oportunidades económicas, fatores políticos, razões familiares, fatores ambientais, oportunidades educativas, aspirações culturais e sociais. Uma boa síntese, parece-me, do que impele as pessoas a mudar-se. Na generalidade, as migrações são forças do bem. Nós sabemos-lo da nossa experiência de gerações como país de emigrantes.

A política nem sempre se dá bem com as migrações. As pessoas que se movem exercem uma liberdade fundamental, que muitas vezes os poderes instituídos tentam travar. Em Berlim chegaram a construir um muro que simbolizara essa tentativa de impedir as pessoas de se mover, de as prender a um destino que podem não querer. Nos EUA e na Europa de hoje erguem-se muros de sentido oposto, para impedirem as pessoas de entrar, para as prender aos problemas que desejam deixar para trás.

É mais inteligente ser realista. Não há repressão que impeça a força do sonho dos migrantes. O uso desproporcional dessa repressão apenas os entrega a redes criminosas, a percursos inseguros, à exploração e por vezes à morte. Mas continuarão a tentar. Por outro lado, os países de acolhimento não podem abdicar de ter a sua própria leitura da sua capacidade de acolhimento e das suas condições para receber as pessoas que os procuram. Exige-se de quem exerce o poder bom-senso na gestão de um equilíbrio delicado.

A ONU tem pugnado por essa racionalidade e um passo muito importante nesse sentido foi dado pela aprovação, em 2018, do Pacto Global

para as Migrações. Mas o Mundo está a andar ao contrário neste capítulo da salvaguarda da dignidade humana.

O discurso de Trump, ameaçando deportações massivas nos EUA, é um sinal global de incitação a decisões erradas. A recente campanha eleitoral americana lançou muitas sementes de má formulação do problema político da imigração, imputando aos imigrantes os problemas que eles não geram e pintando deles um retrato caricatural que apela aos piores instintos de uma parte dos nativos.

Portugal está a juntar-se à marcha de passos errados que se anunciam. A pretexto do controlo da imigração, fragilizou os circuitos legais de permanência no país, fabricando imigrantes ilegais, dada a incapacidade da rede consular. Agora ameaça coartar-lhes direitos fundamentais. Anunciam-se ataques aos direitos humanos fundamentais, para já com o corte do acesso à saúde pública e com a condenação ao trabalho em condições precárias. Os imigrantes, sabemos-lo, sobrevivem a estes ataques. Serão mais fragilizados, mais dependentes de redes obscuras, terão acesso a menos cuidados. Serão mais doentes. Mas estarão connosco, na mesma.

A economia precisa de mais força de trabalho. Esse é um dado adquirido e assistimos a uma duplicidade de discursos, em que, por um lado se reconhece a necessidade de mais imigrantes e por outro se deixa cair sobre eles anátemas racistas e preconceitos.

Para juntar gasolina ao risco de incêndio, responsáveis políticos começam a fazer alegações sem fundamento que ligam os imigrantes à criminalidade e a PSP, de modo absolutamente errado, vem apresentando com pompa e circunstância, “operações especiais” de segurança que criam a ligação visual entre a raça e o crime que não existe na raiz dos factos.

O discurso de alguns políticos – não falo sequer dos populistas, que esses vivem de agitar fantasmas e são arautos do ódio, tudo o que alimmente instintos primários lhes serve – em que se encontram Primeiros-Ministros e ex-Primeiros-Ministros, autarcas de mais que um partido, acirra perceções e cavalga sobre elas, ainda

que os dados empíricos as não confirmem.

Mas sabemos como é. Este tipo de atitude e de clima multiplicará as narrativas sobre problemas localizados e rapidamente se assimilará os imigrantes a problemas que lhes são estranhos. Essa inversão já começou. Já começamos a ver a necessidade de clarificar a nacionalidade dos detidos, mesmo que para nos recordar que são portugueses.

A política que tenta cavalgar perceções gera problemas: põe pessoas a pensar que são verdadeiras ligações que não existem.

O que se espera de quem exerce o poder político é que ajude a resolver problemas. Há, claro, problemas para resolver com a imigração. Prendem-se com a construção de uma sociedade inclusiva, aberta à diversidade e com o reforço das estruturas de acolhimento. São problemas que exigem políticas de habitação, saúde, educação, trabalho, proteção social, cultura. Muitas delas não são políticas para imigrantes, são políticas para todos, incluindo os imigrantes.

Há também que procurar que Portugal seja atraente para zonas com que temos laços culturais e que procure, como agora se diz, “talento” que entre nós escasseia agora. Mas, sobretudo, há que manter o problema em perspetiva. E, numa perspetiva portuguesa, importa ter presente que a atitude dos portugueses face à imigração está longe de ser muito positiva. Isso mesmo vimos recentemente no estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos¹, mas já sabíamos que as respostas dos portugueses são consistentemente desconfiadas da imigração há décadas².

Agravar as perceções cria problemas e a forma de o evitar é garantir que o exemplo vem de cima. Como bem argumentava Larry Bartels num livro de 2023, as ameaças à democracia vêm do topo³. Num artigo recente escrevia ele e deixo para reflexão: “O destino da democracia está nas mãos dos políticos. São eles que escolhem gerir, apaziguar, ignorar ou inflamar os sentimentos populistas”⁴. Precisa-se de políticos responsáveis e prudentes aos comandos, nos tempos que correm.

¹ Ver em <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/barometros/barometro-da-imigracao-perspetiva-dos-portugueses>

² Alice Ramos, Ana Loureiro, João Garcia, *Migraçoes e refugiados, atitudes e perceções dos europeus*, 2016, acessível em https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/26525/1/ICS_ARamos_Migracoes_ResearchBrief.pdf

³ Larry M. Bartel, *Democracy Erodes from the Top: Leaders, Citizens, and the Challenge of Populism in Europe*, Princeton University Press, 2023

⁴ LARRY M. BARTELS, *THE POPULIST PHANTOM – THREATS TO DEMOCRACY START AT THE TOP*, FOREIGN AFFAIRS. BOL. 103, Nº 6, NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2024

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

O Sentido Visual

1 - Ainda a propósito da operação policial na rua do Benfornoso, ao Martim Moniz, o Primeiro-Ministro veio declarar-nos que ele próprio não gostara de ver as imagens da fila de imigrantes encostados à parede e de frente para ela, por ordem da polícia, para serem revistados pela mesma polícia.

Não gostou do que viu, “no sentido visual” – afirmou.

E tem razão em não ter gostado.

Após o conhecimento geral, pelos cidadãos, dessas imagens e da sua divulgação pelas redes sociais e pela imprensa, e até hoje, o tema não abandonou a primeira linha do debate público.

É bom que assim seja, que poucos temas são mais relevantes numa democracia do que o debate sobre os limites do exercício da autoridade pública.

E não vale muito a pena tentar descobrir, em algum recanto obscuro, quem de bom senso tenha sentido comprazimento ou manifestado apoio à intervenção policial.

Como se sabe, “uma imagem vale mais do que mil palavras” – e, na verdade, a força icónica daquelas imagens de gente humilhada e discriminada não deixa margem para posições dúbias ou reticentes, nem para palavras de explicação.

Bem se tentou desvalorizar o incidente, alegando que a revista não visava especificamente imigrantes ou que se tratava de uma operação de rotina, idêntica a outras já anteriormente realizadas.

O Primeiro-Ministro fala do “sentido visual” como o que o chocara nas imagens.

A visão é, com efeito, um sentido; um dos cinco sentidos.

Os cinco sentidos correspondem a atributos físicos: a visão apela à apreensão de conhecimentos ou sensações pelos olhos, o olfacto pelo nariz, a audição pelos ouvidos, o sabor pela língua ou pela boca, o tacto pela pele, com particular relevo para as mãos.

(“Quem foi que à tua pele conferiu esse papel, / de mais que tua pele ser pele da minha pele” – escreveu David Mourão-Ferreira.)

Penso que o Primeiro-Ministro, ao

confessar-nos o seu desconforto pelas imagens divulgadas da fila de imigrantes desapaosados, quer da posição erecta, quer momentaneamente do direito à mobilidade, embora se tivesse referido ao sentido, não era ao sentido físico da visão que se referia.

Era, creio bem, ao sentido simbólico.

Na verdade, a palavra “visão”, para além de designar um dos cinco sentidos físicos do corpo humano, também pode ter uma conotação valorativa – positivamente valorativa.

É o caso da expressão “ter visão” ou de “uma visão de futuro”, de algo por que se anseia; por exemplo, a visão de um país de acolhimento, sem pobreza, que assegure a igualdade de oportunidades para todos.

E é uma “visão” deste tipo que incumbe aos Governos, a quem compete conduzir o leme, levando consigo o entusiasmo dos governados rumo a um futuro melhor do que o presente, já que o caminho do mundo devia ser de progresso.

Ora, imagens como a da fila dos imigrantes na rua do Benfornoso não cabem numa visão optimista, nem sequer civilizada, quanto ao futuro; pelo contrário, fazem recordar tempos idos, de má memória, neste nosso mesmo País.

2 – A Trump agradaria certamente uma visualização de filas de imigrantes nos Estados Unidos, em espera da revista pelas polícias, ou na rota da deportação para os países de origem.

(Li algures que também compatriotas nossos correm o risco de serem devolvidos à Pátria... como se fossem uma encomenda...)

A eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos não foi um equívoco do eleitorado americano.

Trump não iludiu o que o movia; e, entre o que o movia – e move – figura certamente o ódio ao outro, ao que vem de fora, ao que “rouba” empregos aos autóctones.

Tal discurso teve sucesso e tem seguidores.

O Governo de Portugal tem o dever de não se confundir com eles.

Por razões de princípio; mas também por pragmatismo: calhou mal à operação policial

a coincidência de, na mesma altura, os organismos estatísticos do Estado terem divulgado informações da Segurança Social, dando conta de um muito folgado ‘superavit’ das contribuições relativamente às prestações pagas aos imigrantes.

E também os dirigentes das confederações patronais vieram a terreiro dar conta da precisão de mão-de-obra imigrante para manter as empresas em funcionamento, designadamente na construção civil e no turismo.

A desinformação tem perna curta.

A Europa Ocidental padece de uma espécie de complexo de superioridade democrática relativamente aos Estados Unidos, não se imaginando até há pouco que alguém como Donald Trump pudesse ser ungido como Presidente da República com poder executivo de uma qualquer democracia da velha Europa.

Mas a facilidade com que o discurso anti-imigrantes conquista terreno nessas democracias antigas e consolidadas faz temer que um qualquer Trump possa vir a destoar nessa imagem civilizada que, todavia, ainda timbra as democracias europeias – e, entre elas, a nossa.

3 – Este tópico irá certamente alimentar o debate que, após o Verão, irá animar as nossas comunidades locais, a propósito das eleições autárquicas.

Como sempre, votarei nessas eleições: para a Junta da minha freguesia, para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal do meu concelho.

Não votarei ainda, ao contrário do que me prometeu António Costa, para a Assembleia Regional do Norte, bem como para a Junta de Governo da Região Norte.

Tem sido assim desde há 30 anos, por responsabilidade, à vez, do PS e do PSD.

Desta vez é que era.... prometeu António Costa.

Mas veio o Presidente da República e tirou-lhe a vontade.

Era o tempo em que ambos eram felizes... e não sabiam.

Ou sabiam...?



CÁLCULO 3S

contabilidade da
economia social

Com uma carteira de, aproximadamente,
100 clientes, a Cálculo 3S posiciona-se no mercado pelo
apoio à sustentabilidade e pela aposta na especificidade do
setor social e solidário.

A EMPRESA DA  UDIPSS-PORTO

QUEM SOMOS

A **Cálculo 3S** é um Gabinete de Contabilidade especializado no Setor Social e Solidário (Associações, Fundações, Centros Sociais e Paroquiais, Cooperativas e Misericórdias), que surgiu da necessidade sentida pela UDIPSS-PORTO – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de:

- Fornecer serviços contabilísticos de qualidade às suas Associadas;
- Promover a sustentabilidade das IPSS Associadas;
- Reforçar e qualificar o Setor Social e Solidário do Distrito.

Especialista nas exigências legais nacionais e internacionais, a Cálculo 3S presta um serviço individualizado e especializado aos seus clientes, tendo sempre em vista a sua sustentabilidade social e financeira.

CONTABILIDADE GERAL E ANALÍTICA

Devido à especificidade do setor, este serviço engloba um pacote com uma multiplicidade de serviços adequados às necessidades de cada Cliente:

- Contabilidade Geral
- Contabilidade Analítica
- Elaboração das Demonstrações Financeiras
- Preenchimento e submissão das obrigações contabilísticas e fiscais às Autoridades Competentes (Autoridade Tributária e Instituto da Segurança Social, I.P.)
- Recuperação do IVA (Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro)

PROCESSAMENTO DE SALÁRIOS

O serviço de Processamento de Salários considera todas as necessidades ao nível contabilístico dos recursos humanos, nomeadamente:

- Processamento de Salários, enquadrado na legislação aplicável
- Entrega dos mapas oficiais aos Organismos competentes com as respetivas guias de pagamento
- Elaboração e submissão do Relatório Único

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO CONTABILÍSTICO

Este serviço nasceu da necessidade sentida pelas Organizações de deterem um agente externo que complemente os seus serviços internos na verificação das exigências legais e instrumentais que a boa transparência que o Setor Social e Solidário exige.

- Supervisão contabilística do Orçamento e previsional e Contas do Exercício
- Nomeação como Contabilista Certificado
- Informação preferencial em tempo útil
- Elaboração das Demonstrações Financeiras
- Acompanhamento contabilístico e auscultação em caso de dúvidas

PEÇA-NOS O ORÇAMENTO

Contacte-nos: geral@calculo3s.org

Endereço: Rua do Carvalhido, 187, 4250-102 Porto

Telefone: 228 317 497 (Chamada para a rede fixa nacional)

Email: geral@calculo3s.org

UNIÃO REGIONAL DAS IPSS DOS AÇORES

João Canedo Reis reconduzido na presidência para o quadriênio 2025-2028

As recentes eleições para a União Regional das IPSS dos Açores (URIPSSA), confirmaram a recondução na presidência da Direção de João Canedo Reis, que encabeçava a denominada lista «Solidariedade Dinâmica e Sustentável», única candidata ao ato eleitoral.

Assim, os novos órgãos sociais da URIPSSA para o quadriênio de 2025/2028, com tomada de posse agendada para dia 13 de janeiro, ficam

compostos da seguinte forma.

Assembleia Geral: João Castro Tavares (Casa Povo Porto Judeu), Paulo Pacheco da Silveira (Casa de Repouso João Inácio Sousa), Filipe Ávila Meneses (Lar Criancinhas da Horta); **Conselho Fiscal:** Manuel Tavares Rodrigues (Mãe de Deus), Helena Melo Rocha (Cooperativa de Solidariedade Social de Ponta

Delgada), Jaime Costa Rita (Casa do Povo da Maia); **Direção:** Presidente - João Canedo Reis (Lar D. Pedro V), Vice-presidente - Paulo Dias Almeida (Centro Infantil de Angra do Heroísmo), Secretária - Maria Fátima Homem (Centro de Apoio à Deficiência), Tesoureiro - Luís Mendes Leal (Irmandade do Livramento), Vogal - Lúcia Vieira Falcão (Centro Comunitário da Vila de S. Sebastião).

PRÉMIO BPI INFÂNCIA 202

1,4 milhões de euros para 39 projetos que querem quebrar o ciclo de pobreza

O ano de 2024 fechou com a entrega pelo Banco BPI e a Fundação "la Caixa" de um valor global de 1,4 milhões de euros a 39 projetos de instituições sociais cujo propósito é ajudar a quebrar o ciclo de pobreza e proporcionar oportunidades de futuro aos mais jovens, colocando a família no centro do processo de mudança.

Na cerimónia de entrega do Prémio Infância 2024, que decorreu no Espaço Ágora - BPI All In One, foi salientada a importância de apoiar respostas sociais que permitam enfrentar os desafios da transmissão da pobreza entre gerações.

Segundo o relatório «Portugal e o Elevador Social: Nascer pobre é uma fatalidade?», da Nova SBE Economics for Policy Knowledge Center, realizado com o apoio do BPI e da Fundação "la Caixa", uma em cada quatro pessoas que cresceram numa família com baixos recursos financeiros não consegue sair da situação de pobreza na idade adulta. É nesta conjuntura que o Prémio Infância, que este ano recebeu 125 candidaturas, quer apoiar projetos que permitam melhorar estas situações de vulnerabilidade na sociedade portuguesa.

Em média, os projetos vencedores receberam

35.860 euros para apoiar mais de 9.000 crianças e adolescentes. Entre os premiados encontram-se respostas sociais para a capacitação e aquisição de competências sociais e emocionais, projetos de requalificação de espaços infantis, programas de desporto inclusivo, ações de cidadania e de combate à discriminação, cursos de educação parental para jovens reclusos ou famílias monoparentais, atividades de educação assistidas por cães e até a *gamificação* da língua portuguesa.

Os 39 projetos distinguidos no Prémio BPI Infância 2024 foram candidatados pelas seguintes instituições: Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho; Bela Vista - Centro de Educação Integrada; ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento (Aveiro); Casa do Povo da Maia (Açores); Associação Teatro Construção; CAISA C.R.L.; Clube Desportivo Xico Andebol; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga; Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola nº 10 (Braga); O Casulo - Associação para o Desenvolvimento Sociocultural da Zona Oeste de Évora (Évora); Ala D'Artistas - Associação Cultural e Artística; Instituto Jovens Músicos - IJM Associação

Cultural; Sociedade Artística Musical dos Pousos (Leiria); Associação Academia do Johnson Semedo; Associação Aprender em Parceria - A PAR; Associação de Ajuda ao Recém-Nascido; Associação de Residentes do Alto do Lumiar; Aproximar - Cooperativa de Solidariedade Social; Epic Student - Associação; Eu Cãosgo; Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas; Fundação Rui Osório de Castro; InLuto - Associação Portuguesa de Cuidados Integrados no Luto; Instituto Padre António Vieira; Kilig CRL; Semear Valores, CRL; Trilho da Ciência (Lisboa); AC - Associação Cuidadores, melhorar a vida de quem cuida; Associação de Promoção e Defesa da Vida e Família - Vida Norte; Instituto de Desenvolvimento e Inclusão Social - IDIS; Misericórdia de Gaia; Passo Positivo; Querer Ser - Associação para o Desenvolvimento Social; Talentos de Campeão - Associação Desportiva (Porto); Associação Casa do Voluntário (Madeira); Associação Vidas Cruzadas (Santarém); Centro Social e Paroquial da Campeã; Centro Social e Paroquial Santa Eulália da Cumieira (Vila Real); Casa de Vilar - Associação Cultural e Artística (Viseu).

FUNDAÇÃO AFID PROMOVE CONFERÊNCIA DIA 28 DE JANEIRO

Os desafios das IPSS na deficiência intelectual e a desinstitucionalização

É já no dia 28 de janeiro que a Fundação AFID promove, no Auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian, a conferência «A Desinstitucionalização», na qual será abordada uma das transformações mais relevantes no apoio às pessoas com deficiência intelectual.

A conferência é direcionada a profissionais, famílias e comunidade em geral, uma oportunidade para debater as dificuldades específicas enfrentadas pelas IPSS na busca por oferecer cuidados e apoio de qualidade neste novo contexto.

Quanto ao programa, a conferência «A

Desinstitucionalização» contará com Alexandra Lopes, que abordará os principais pontos e estratégias para que as IPSS possam enfrentar esta transição com resiliência e inovação. Depois, Adalberto Ferreira conduzirá um debate, com diferentes vozes e perspetivas: José Nogueira (especialista académico e político em políticas públicas), que abordará a estrutura e o impacto social da desinstitucionalização; Cristina Dias (diretora da Santa Casa da Misericórdia do Montijo), que partilhará o ponto de vista institucional, representando os desafios e avanços das IPSS;

Familiar de um cliente da AFID, que oferecerá uma perspetiva pessoal sobre os impactos deste processo para as famílias; e um cliente da AFID, que trará uma visão única e autêntica sobre sua experiência de desinstitucionalização. Após o painel, haverá um espaço dedicado a perguntas e contribuições do público, promovendo uma troca de ideias para a construção de soluções que garantam um futuro mais inclusivo e respeitoso no apoio às pessoas com deficiência intelectual.

As inscrições decorrem até ao dia 24 de janeiro ou até lotação total do espaço.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

NOVAS REGRAS A PARTIR DE ABRIL

Prioridade na atribuição de médico de família a famílias com grávidas ou doentes crónicos e crianças até 12 anos

As famílias com grávidas ou doentes crónicos e crianças até 12 anos têm prioridade na atribuição de médico de família, segundo as regras de inscrição nos cuidados de saúde primários publicadas em Diário da República.

O despacho, que entra em vigor no dia 01 de abril, refere que a atribuição de médicos de família aos utentes em espera com a capacidade atual do setor público constitui uma das medidas urgentes do Plano de Emergência da Saúde. “Torna-se, assim, necessário clarificar os conceitos relativos ao acesso e inscrição no Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente nos cuidados de saúde primários, tendo como objetivo a sua simplificação e gestão, com o objetivo de promover a eficiência e a acessibilidade a todos os beneficiários do SNS”, lê-se no despacho assinado pela secretária de Estado da Gestão da Saúde, Cristina Vaz Tomé.

Em relação ao anterior despacho, de 02 de fevereiro de 2023, a idade das crianças para terem prioridade na atribuição de médico de família subiu dos dois para os 12 anos.

Segundo o diploma, o registo nos cuidados de

saúde primários é realizada através da inscrição do utente no Registo Nacional do Utente (RNU), que atribui um número único, nacional e definitivo, designado por número nacional de utente (NNU).

A inscrição é efetuada numa unidade funcional da respetiva unidade local de saúde e obriga a um registo atualizado no Registo Nacional do Utente.

O utente com inscrição nos cuidados de saúde primários fica elegível para uma equipa de saúde familiar, existindo três categorias possíveis para a inscrição: com equipa, sem equipa, ou sem equipa por opção. “O utente que se encontra sem equipa de saúde familiar por opção poderá, a qualquer momento, solicitar a sua atribuição”, adianta o diploma.

No que respeita à inscrição do utente em médico de família, o despacho refere deve ser acautelada a integração das listas de espera de acordo as vagas disponíveis do especialista (ratio médico de família/vaga), de forma a permitir o preenchimento da totalidade das vagas existentes.

“A inscrição do utente em lista de médico de família deve respeitar os intervalos de dimensão da lista regulamentados, e realiza-se de acordo com a

disponibilidade de vagas nas unidades funcionais da respetiva unidade local de saúde na qual tem a sua inscrição”, salienta.

Refere também que a inscrição do utente realiza-se privilegiando a inscrição em agregado familiar, de forma a serem associados, preferencialmente, ao mesmo médico de família.

“Sem prejuízo do disposto no número anterior, as famílias com utentes grávidas ou utentes com multimorbilidade, com doença crónica ou com crianças até 12 anos de vida têm prioridade na atribuição de médico de família”, acrescenta.

De acordo com o despacho, os residentes estrangeiros e não residentes nacionais e estrangeiros, inscritos com médico de família, sem registo de consulta médica nos cuidados de saúde primários nos últimos cinco anos, tornam-se elegíveis para reformulação de atribuição de médico de família.

Realça ainda que os contactos esporádicos dos utentes com uma unidade distinta daquela onde está inscrito não são contabilizados na dimensão e na constituição das listas do médico de família.

Cerca de 1,5 milhões de utentes não têm médico de família.

TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.



Mais de **900 parcerias** de sucesso

Mais de **40 soluções** personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas

Plataforma Integrada WEB

Utentes

Caixas e Pagamentos e Fornecedores

Bancos

Qualidade 3ª Idade

Rendas

Qualidade Infância e Juventude

Associados Irmãos



+351 253 408 326
+351 939 729 729
tsr@tsr.pt

saiba mais em tsr.pt





O JOGO DO SOBE-E-DESCE EM 2025

Um ano de alívio ou de apertar o cinto?

Não há bela sem senão. A sabedoria popular também foi construída à custa das contas que as pessoas têm que fazer todos os anos por via das alterações económicas, fiscais e financeiras que os governos aprovam ou, como acontece neste 2025, são obrigados a aprovar. Do lado negativo, os portugueses vão sofrer com os aumentos das portagens, dos transportes públicos e outros serviços, aumento das rendas, bens essenciais, como o pão e o leite. Do lado positivo há o aumento do salário mínimo, das pensões, das remunerações na função pública e várias alterações no IRS. Para 2025 o Governo optou por manter inalteradas as taxas da generalidade dos impostos e ao nível autárquico há mais autarquias a aplicar a taxa mínima do IMI ou a proceder a ligeiras descidas face ao valor aplicado em 2024. Só depois das contas feitas é que se percebe se há ou não um aumento do rendimento líquido das famílias.

SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo nacional avança 50 euros em 2025, fixando-se nos 870 euros. No caso da Região Autónoma da Madeira, o SMN foi fixado em 915 euros, mais 65 euros do que o valor atual.

FUNÇÃO PÚBLICA

O acordo assinado entre o Governo e duas das estruturas sindicais da função pública (Fesap e STE) assegura que em 2025 os salários aumentam em 56,85 euros, no caso dos trabalhadores com salários até 2.630 euros brutos. Acima deste valor, o aumento é de 2,15%. Por sua vez, o salário mínimo no setor público é fixado nos 878,41 euros. Haverá ainda uma atualização de 5% das ajudas de custo.

PENSÕES

As pensões vão ser atualizadas de acordo com a fórmula legal (que combina a inflação com o crescimento da economia), sendo que as de valor até três indexantes de apoios sociais (IAS) somam a este aumento um adicional de 1,25 pontos percentuais, aprovado pelo parlamento com o voto contra dos partidos que apoiam o Governo.

IDADE DA REFORMA

Em 2025 as pessoas vão ter de esperar até fazerem 66 anos e sete meses de idade para se poderem reformar sem os cortes do fator de sustentabilidade (que acompanha a esperança média de vida) e a penalização de 0,5% por cada mês de antecipação face à idade normal da reforma. No próximo ano o corte por via do fator de sustentabilidade será de 16,9% (mais 1,1 pontos percentuais do que o corte que vigorou em 2024).

CSI

O Complemento solidário para idosos (CSI) aumenta de 600,60 euros para 630,60 euros.

Esta subida resulta de uma atualização de 4,99% do valor de referência do CSI, que passa a ser anualmente de 7.568 euros, um aumento de 360 euros face ao que estava em vigor desde junho (7.208 euros).

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

A atualização do indexante de apoios sociais em 2025 (na sequência da fórmula legal que conjuga a inflação com o crescimento da economia) para os 522,50 euros vai fazer subir o valor máximo do subsídio de desemprego para os 1.306 euros (1.273 euros em 2024). Este valor do subsídio de desemprego tem por limite o equivalente a 2,5 IAS.

IRS

O imposto que incide sobre os rendimentos dos particulares sofreu várias alterações que entram em vigor ou produzem efeitos a partir de janeiro de 2025 e que acabarão por se traduzir numa subida do rendimento líquido - já a partir de janeiro e/ou no momento da entrega da declaração anual. Entre essas alterações está a atualização dos limites dos escalões em 4,6%, a subida do valor isento do IRS (mínimo de existência) para os 12.180 euros, acompanhando a subida do SMN, o aumento da dedução específica para 4.462,15 euros ou a subida da dedução com as rendas de casa, cujo limite sobe de 600 para 700 euros. A partir de janeiro entra também em vigor o novo modelo do IRS Jovem, mais generoso e abrangente do que o modelo anterior, ainda que os críticos da medida antecipem que não vai travar a saída de jovens. O regime passa a poder ser usado por 10 anos (até aos 35 anos de idade), aplicando-se a rendimentos brutos anuais até 55 vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS). Em 2025, os trabalhadores a recibos verdes passam a beneficiar de uma redução na taxa de retenção na fonte, que recua de 25% para 23% e os contribuintes particulares em geral passam a poder consignar até 1% do IRS a entidades de natureza e interesse social, cultural, juvenil ou desportivo.

SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO

Ainda ao nível do IRS, aumenta em 60 centimos, para os 10,20 euros, o limite do valor do subsídio de refeição em cartão ou vales isento de imposto e contribuições. Os valores pagos em numerário isentos continuam limitados a seis euros.

IMI

Mais de metade dos municípios decidiram aplicar o IMI pela taxa mínima de 0,3% em 2025 (para o imposto relativo a 2024), incluindo nesta lista os casos de Lisboa, Oeiras, Sintra, Albufeira ou Faro. A maioria das autarquias vai também atribuir o desconto no IMI para as famílias residentes com dependentes.

RENDAS

Os senhorios podem aumentar as rendas em 2,16%. Esta subida decorre da inflação registada em agosto, excluindo habitação, e abrange contratos de arrendamento habitacional, comércio, indústria e outros de fim não habitacional.

TRANSPORTES

Os transportes públicos aumentam 2,02% este ano, de acordo com a taxa de atualização tarifária com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística sobre a inflação. Os preços dos passes Navegante não sofrem alterações na Área Metropolitana de Lisboa, assim como os bilhetes ocasionais referentes à Carris Metropolitana. Também os preços dos passes e bilhetes ocasionais Andante, utilizados na Área Metropolitana do Porto, vão manter-se em 2025. Já nos bilhetes de bordo da rede Unir haverá aumentos entre 10 e 30 centimos, de acordo com as distâncias a percorrer.

TELECOMUNICAÇÕES

Os preços das comunicações da Altice Portugal vão aumentar no próximo ano, exceto no Uzo e Moche. A NOS e a Vodafone Portugal vão manter os tarifários.

ELETRICIDADE E GÁS

Os preços da eletricidade deverão baixar neste novo ano. No mercado regulado de eletricidade haverá reduções de entre 0,82 e 0,88 euros, devido à alteração legislativa que aumenta o valor do consumo de energia sujeito à taxa reduzida de IVA (6%). No mercado liberalizado, onde se concentra a grande maioria do consumo total, a EDP Comercial e a Galp anunciaram reduções de 6% na componente de eletricidade na fatura, devido à melhoria das condições de mercado. A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) aprovou um aumento de 6,9% no gás natural para as famílias que se encontram em mercado regulado, mas os valores atuais devem manter-se até 30 de setembro.

PÃO E LEITE

Os preços do pão, do leite e dos produtos lácteos, vão aumentar devido à subida dos custos de produção e do salário mínimo nacional. Prevê-se uma redução do preço do azeite, devido ao aumento da produção nacional.

PORTAGENS

Nas antigas Scut deixa de haver lugar a pagamento de portagens. Circular na A4 - Transmontana e Túnel do Marão, A13 e A13-1 - Pinhal Interior, A22 - Algarve, A23 - Beira Interior, A24 - Interior Norte, A25 - Beiras Litoral e Alta e A28 - Minho nos troços entre Esposende e Antas e entre Neiva e Darque é gratuito. As restantes portagens das autoestradas podem aumentar 2,21%.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A minha única previsão para 2025

O tempo das Festas, na proximidade da transição do ano civil, é também um tempo em que é suposto fazer previsões para o ano seguinte.

Como saberão os que fazem a misericórdia de acompanhar este meu espaço de crónica, abomino fazer previsões económicas.

Não consigo esquecer o aforismo de John Kenneth Galbraith quando dizia que fazer previsões em economia é a melhor maneira de dar credibilidade ao ofício dos astrólogos.

Um dos inconvenientes de fazer previsões é o risco de ser contraditado pela evolução da realidade, coisa que, em matéria de economia, pode acontecer ao mais pintado e que nos deixa sempre um pouco embaraçados.

Tendo esse irritante inconveniente em vista, procurei encontrar um tópico, relevante em termos macroeconómicos e importante para vida das pessoas, mas para o qual o risco de falhar fosse relativamente baixo.

A previsão em causa é esta: as taxas de juro vão continuar a baixar, mas vão baixar mais, e mais depressa na Europa do que nos Estados Unidos.

Desde que se iniciou o ciclo de baixa nas taxas de juro a evolução das taxas de referência tem sido razoavelmente harmónica de um lado e do outro do Atlântico.

Quer o nosso BCE quer a Reserva Federal Americana (FED) cortaram, desde o início do ciclo e em termos acumulados, os mesmos 100 pontos base. A FED fez três movimentos, um de 50 pontos base e dois de 25, o BCE fez quatro movimentos de 25 pontos base.

Contudo o mais provável é que, em 2025, os caminhos divirjam e que o BCE tenha de cortar mais depressa que a FED.

Existem várias razões para pensar assim.

Desde logo, as expetativas de crescimento económico para o ano corrente são divergentes. A economia americana está a crescer próximo de 3% anualizados, provavelmente acima do potencial, enquanto a zona euro poderá crescer menos de 1%. Olhando para 2025, é provável que nos Estados Unidos o ritmo de crescimento abrande um pouco, contudo, ficará sempre muito acima da previsão do BCE de 1,1% de crescimento para a zona euro.

Se há uma economia a precisar do colo da política monetária é a economia europeia e não a economia americana.

Em segundo lugar a economia americana

está mais inflacionada.

A última leitura do Índice de Preços no Consumidor (CPI), o registo de novembro, dá-nos 2,7% nos Estados Unidos e 2,2% na zona euro. Quanto à inflação nuclear, isto é, excluindo os elementos mais voláteis como sejam a energia e a comida temos, na mesma altura, 3,3% nos Estados Unidos e 2,7% na união monetária. Quanto a previsões para 2025 o BCE projeta 2,1%, a FED 2,5%.

Ou seja, o caminho de regularização da inflação está mais avançado na Europa, embora também por cá persista esse irritante do crescimento dos preços nos serviços na casa dos 4%, o que é relevante sabendo como é grande o peso dos serviços no total do índice. Este é um tema que só vai regularizar com a moderação salarial, o que é suposto acontecer com o andar do tempo e com o recuo da inflação geral.

Finalmente há um elefante na sala que se chama Donald Trump.

Os responsáveis da FED começaram a incorporar nas previsões os efeitos potenciais das putativas iniciativas económicas de Donald Trump – na verdade ninguém ignora (ou deve ignorar) que, tudo o mais igual, reduções de impostos, desregulação dos mercados, tarifas sobre importações e deportação em massa de imigrantes ilegais, são inflacionistas.

Não deve ter sido por acaso que os decisores da FED que, em setembro, previam um corte nas taxas de juro de referência de 100 pontos em 2025, tenham, nas previsões atualizadas a dezembro, reduzido essa expetativa a metade, ou seja 50 pontos base. Segundo o sempre bem informado JPMorgan as estimativas dos mercados são ainda mais pessimistas e apontam para uma redução na taxa diretora de apenas de 30 pontos base em 2025.

Na verdade, o que se constata é que a normalização das taxas de inflação vai ser mais lenta do que se previa e também que, por outro lado, os atuais níveis das taxas de juro, supostamente em zona restritiva, não atrapalham por aí além o crescimento económico nem o mercado de trabalho americanos para o qual se preveem em 2025 taxas de desemprego ligeiramente acima de 4%.

Se em cima disto colocarmos os potenciais efeitos inflacionistas das políticas prometidas por Donald Trump, não nos deve espantar excessivamente o revisionismo dos responsáveis

pela FED.

Se este quadro geral se mantiver seria muito difícil justificar um qualquer passo de corrida na redução das taxas de juro americanas.

Não foi sem consequências esta revisão em baixa da dimensão dos cortes nas taxas de juro de referência americanas previstas para 2025. Assim que foi conhecida do público, as bolsas deram um trambolhão, os preços dos títulos de dívida também caíram, o que quer dizer que as respetivas taxas de juro subiram, e, claro, o dólar deu um piparote para cima.

Acontece que o quadro para a Europa é completamente distinto. As previsões do crescimento económico são fracas, a regularização da inflação será mais rápida e, pior que tudo, caso se concretizem as prometidas iniciativas de política económica de Donald Trump, em particular o tema das tarifas sobre as importações, o crescimento económico europeu será ainda mais anémico.

As duas maiores economias da zona euro estão em crise embora por razões distintas. Em França trata-se de lidar com uma insustentável situação de deficit público e dívida, na Alemanha trata-se da crise de um modelo industrial que se baseava em setores industriais que agora são problemáticos (automóvel, por exemplo) e na energia barata que chegava da Rússia.

Na Europa, quer a situação das economias, quer a normalização mais rápida da inflação, vão recomendar um andamento mais célere no corte das taxas de juro.

Caso se confirme a previsão deste vosso humilde criado serão boas notícias para os devedores em geral, sendo que os maiores devedores são sempre os estados. Os que têm dívida hipotecária ou dívida para consumo verão os seus orçamentos um pouco mais aliviados, os que aplicam em depósitos a prazo ou títulos indexados a taxas de mercado verão os seus rendimentos encolher.

Uma das consequências deste cenário será a manutenção da força do dólar havendo operadores de mercado que preveem a paridade euro - dólar algures em 2025.

Claro que tudo isto se pendura na verborreia propagandística do novo presidente americano. Obviamente nenhum de nós (nem o próprio) sabe o que vai, de facto, fazer a criatura pelo que, se tudo isto sair ao contrário, não morram de espanto.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



A arte saiu à rua

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

DOENTES FAZEM, EM MÉDIA, MAIS DE 100 KM POR VIAGEM PARA AVIAR RECEITAS

Perto de duas mil farmácias aderiram ao serviço de dispensa de medicamentos em proximidade

Cerca de 1.800 farmácias aderiram ao serviço de dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade que foi alargado a todas as instituições a partir deste mês de janeiro, após um mês em que oito unidades testaram este acesso em 40 doentes.

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, Helder Mota Filipe, sublinhou as vantagens do acesso em proximidade da medicação que os doentes até aqui tinham de levantar nas farmácias hospitalares, explicando que os utentes têm de respeitar alguns critérios para poder ter acesso ao serviço, entre eles a estabilização da doença e a adesão à medicação. Cerca 150 mil doentes deverão a partir de agora ter acesso aos medicamentos em proximidade uma vez que já há cerca de 1.800 farmácias aderentes.

Helder Mota Filipe destacou as vantagens deste serviço, tanto para o SNS como para os utentes: “Quando temos um suporte em proximidade, com uma rede de cerca de 11.000 farmacêuticos comunitários, isto ajuda a esclarecer dúvidas, a garantir a adesão” à medicação.

O projeto-piloto abrangeu em dezembro oito instituições do Serviço Nacional de Saúde (sete Unidades Locais de Saúde e um Instituto Português de Oncologia), que testaram o circuito em cerca de 40 doentes.

O bastonário lembrou que muitos doentes deslocam-se de muito longe para levantar a sua medicação, frisando que este serviço em proximidade já mostrou as suas vantagens: “Cada hospital sentiu necessidade de criar uma resposta aos seus doentes durante a covid-19 e isso mostrou vantagens”.

Sobre as regras de entrada dos doentes neste serviço, disse que tem de haver uma consulta farmacêutica prévia no hospital, que define se o doente é elegível, sendo a decisão tomada pelo próprio doente, que escolhe a farmácia que mais lhe convier para passar a levantar a sua medicação hospitalar. Questionado pela Lusa, admitiu que o facto de não haver consultas farmacêuticas a funcionar em todos os hospitais pode atrasar este serviço, mas lembrou que os farmacêuticos do ambulatório hospitalar vão ficar mais disponíveis pois, quanto mais doentes transferirem para a proximidade, menos terão todos os meses no hospital para fazer a dispensa de medicamentos.

Reconheceu que será preciso “um esforço maior no início para garantir as consultas farmacêuticas”, porque, a seguir, “estes doentes vão exigir menos da farmácia hospitalar porque vão ficar [a ser seguidos] em proximidade”, num serviço de dispensa que inclui um total de 150 substâncias ativas.

Um estudo realizado pela Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH) concluiu que, para levantar o medicamento no hospital, os doentes fazem, em média, 100 a 112 quilómetros por viagem e que cada

utente, por ano, gasta nestas deslocações cerca de 260 euros. “Se conseguirmos evitar estas deslocações em doentes que estão muito debilitados ou que fazem a sua vida normal, mas têm de ir todos os meses ao hospital e faltam ao trabalho, só aqui há uma poupança imensa para o sistema”, constatou Helder Mota Filipe.

O bastonário lembrou que a pandemia veio obrigar muitos doentes a acedem aos seus medicamentos nas farmácias de proximidade e que, no pós-pandemia, os dados recolhidos mostraram que 91% dos doentes que acediam em proximidade à medicação “estavam satisfeitos e queriam continuar a ter acesso a estes medicamentos na sua farmácia”.

CAMPANHA

As farmácias portuguesas receberam mais de 24 mil euros doados por utentes durante o mês de dezembro e que servirão para que 146 pessoas carenciadas possam ter acesso aos seus medicamentos gratuitamente.

A campanha solidária “Dê Troco a Quem Precisa”, foi promovida pela Associação Dignidade para o Programa abem: Rede Solidária do Medicamento, que desde 2016 “já ajudou mais de 39.400 beneficiários e já dispensou mais de três milhões de caixas de medicamentos”, explicou o gabinete de imprensa da IPSS.

O projeto prevê que os medicamentos sejam agora distribuídos pelas pessoas carenciadas que estão referenciadas por entidades como autarquias, IPSS, Cáritas ou Misericórdias.

DR



Lavandarias Profissionais IPSS

Miele

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele